



# Diário Oficial

## Municípios de Santa Catarina

Edição Extra Nº 3979

Sábado - 17 de Setembro de 2022

Florianópolis/SC

### Sumário

# EDIÇÃO EXTRA

#### Consórcios

AGIR .....	2
CIDIROS .....	13
CIMVI.....	13
CINCATARINA .....	23
CIS/AMOSC.....	58
CIS/AMURES.....	60
CISAMAVI .....	66
CVC.....	67
CONDER.....	68



Consórcios

AGIR

DIVULGAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA Nº 011/2022

Publicação Nº 4187936



DIVULGAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES REFERENTE À CONSULTA PÚBLICA Nº 011/2022

O Diretor Geral da Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale do Itajaí – AGIR, no uso das atribuições legais, vem com base no Novo Protocolo de Intenções e no Regimento Interno da AGIR, tornar públicas as contribuições recebidas durante a Consulta Pública nº 011/2022, tendo como objetivo o requerimento da opinião/contribuição da sociedade sobre a **proposta de redimensionamento do investimento em infraestrutura (terrenos operacionais e adaptação de garagem e oficinas)**, que dispõe sobre o contrato de concessão nº 42/2017, relacionado a prestação e exploração do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município de Blumenau/SC.

Quadro 1. Contribuições recebidas para alteração de investimento.

NOME/ENTIDADA/RAZÃO SOCIAL	FINALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO ASENTADA	RESPOSTA À CONTRIBUIÇÃO
T.L.H.*	Positiva	A favor da alteração do valor do investimento previsto no contrato de concessão.	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.

www.agir.sc.gov.br

Rua Alberto Stein | 466 | Bairro Velha | Blumenau-SC | 47 3331-5827  
ouvidoria@agir.sc.gov.br | CNPJ 11.762.843/0001-41



NOME/ENTIDADE/RAZÃO SOCIAL	FINALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO ARESENTADA	RESPOSTA À CONTRIBUIÇÃO
D.S.*	Positiva	A alteração do investimento mostra-se justa na conjuntura atual, na medida em que reduz a contrapartida do município no equilíbrio financeiro, liberando capital para atendimento de necessidades mais prementes e abre possibilidade de redução de tarifa ao usuário em momento de alta no custo de vida.	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
R.F.W.*	Positiva	É válido a proposta se a redução do investimento for repassada ao usuário do transporte através da redução da tarifa	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
E.K.*	Positiva	A estrutura ainda suprirá a necessidade operacional, e gerará redução aos passageiros. Baita ideia!	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
E.S.*	Positiva	Td que reduz a tarifa é bem vindo	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão

2

Rua Alberto Stein | 466 | Bairro Velha | Blumenau-SC | 47 3331-5827  
ouvidoria@agir.sc.gov.br | CNPJ 11.762.843/0001-41

[www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)




NOME/ENTIDADE/RAZÃO SOCIAL	FINALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO ARESENTADA	RESPOSTA À CONTRIBUIÇÃO
			Regulatória da AGIR.
E.S.K.*	Positiva	Se reduz custos sem comprometer a operação, deve ser aprovado	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
A.P.*	Positiva	Concordo pois é bom reduzir tarifas	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
G.P.*	Positiva	Estou de acordo com a proposta apresentada pela empresa para redimensionamento da garagem, porém sugiro que seja firmado termo aditivo ao contrato prevendo esta mudança, inclusive atribuindo responsabilidade à concessionária de investir em aumento/construção de garagem caso, futuramente, haja crescimento da demanda no transporte coletivo e consequentemente a necessidade de compra de mais veículos.	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
V.C.S.*	Positiva	Sou a favor da redução, do investimento. Mas quero isso ajustado em aditivo	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento

3

Rua Alberto Stein | 466 | Bairro Velha | Blumenau-SC | 47 3331-5827  
ouvidoria@agir.sc.gov.br | CNPJ 11.762.843/0001-41

[www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)

<div><div><div>Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí</div></div><div></div></div>			
NOME/ENTIDADE/RAZÃO SOCIAL	FINALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO ARESENTADA	RESPOSTA À CONTRIBUIÇÃO
			das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.

\*Pessoa Física  
Fonte: Elaboração própria (2022).

Blumenau (SC), em 15 de setembro de 2022.

(assinado digitalmente)  
**DANIEL ANTONIO NARZETTI**  
Diretor Geral da AGIR.

**RELATÓRIO PÓS CONSULTA PÚBLICA Nº 011/2022**

Publicação Nº 4187980

**Relatório Pós Consulta Pública nº 11/2022****Proposta de alteração dos investimentos em infraestrutura (terreno e garagem)****PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 211/2022.**

**OBJETO:** Tratativas para a alteração da proposta original do investimento em terreno e construção da Garagem, do Edital de Licitação nº 38/2016 e contrato nº 42/2017.

**SOLICITANTE:** Município de Blumenau e Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale Itajaí – AGIR/SC

**INTERESSADO:** Blumob e Município de Blumenau

**1. DA IDENTIFICAÇÃO DA AGÊNCIA REGULADORA**

A Agência Intermunicipal de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos Municipais do Médio Vale Do Itajaí (AGIR) é pessoa jurídica de direito público, sem fins econômicos sob a forma de associação pública, dotada de independência decisória e autonomia administrativa, orçamentária e financeira, regendo-se pelas normas da Constituição da República Federativa do Brasil, da Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 e Decreto 6.017 de 17 de janeiro de 2007.

Cabe registrar, que hoje a AGIR, é um consórcio público constituído por 16 (dezesesseis) municípios, sendo 14 (catorze) municípios desta região, representados por: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó, e como 15º e 16º os municípios de Luiz Alves e Jaraguá do Sul respectivamente, conforme demonstra-se na Figura 1.

**Figura 1 - Área de abrangência da AGIR.**



Fonte: AGIR, 2021.

O município de Blumenau, parte interessada no presente Procedimento Administrativo, aderiu ao Protocolo de Intenções da AGIR por meio da Lei Complementar nº 7.502, de 10 de março de 2010, alterada pela Lei Complementar nº 7.930, de 09 de dezembro de 2013, e ao Novo Protocolo de Intenções através da Lei nº 8.363, de 15 de dezembro de 2016.

Desta forma, são objetos de regulação por parte da AGIR os serviços públicos de transporte coletivo de passageiros municipais, nos termos da Lei Federal nº 12.587/2012, e de saneamento básico, nos termos da Lei nº 11.445/2007, atualizada pela Lei Federal 14.026/2020.

1

[www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)

Rua Alberto Stein | 466 | Bairro Velha | Blumenau-SC | 47 3331-5827  
ouvidoria@agir.sc.gov.br | CNPJ 11.762.843/0001-41



A AGIR desenvolve importante papel em sua região de atuação, considerando os marcos legais regulatórios, direcionada para a melhor prestação de serviços públicos de saneamento básico e também o transporte coletivo. Além disso, é papel da Agência Reguladora editar normas relativas às dimensões técnica, econômica e social, atendendo a aspectos de qualidade, requisitos operacionais e de manutenção, metas de universalização, monitoramentos dos custos, entre outros.

Destacada a breve apresentação da AGIR, apresentamos na sequência os dados do Município e da prestadora.

## 2. O MUNICÍPIO DE BLUMENAU

A cidade é um município do nordeste do estado de Santa Catarina e, segundo sítio oficial do município de Blumenau (2020) fica localizado a 26º55'10" de latitude sul e 49º03'58" de longitude oeste, a uma altitude de 21 metros acima do nível do mar. Outros dados geopolíticos são apresentados no Quadro 1.

### Quadro 1 – Localização do município de Blumenau.

Municípios limítrofes: Massaranduba, Jaraguá do Sul, Botuverá, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Luiz Alves e Gaspar.  
Prefeito: Mário Hildebrandt – (2021-2024)  
Fundação: 2 de setembro de 1850  
Microrregião Homogênea do IBGE de Blumenau (294) formada por 15 municípios,  
Mesorregião do vale do Itajaí, formado por 53 municípios.  
Área: 519,8Km<sup>2</sup>

Fonte: Sítio oficial de Blumenau. Disponível em: <<https://www.blumenau.sc.gov.br/blumenau/as5d1a5sd4a4sd>>. Acesso em: 05 julho. 2022.

A população total segundo dados do IBGE 2010, conta com 309.011 habitantes, sendo 294.773 de população urbana e 14.238 de população rural, cabendo ressaltar que a população estimada pelo mesmo órgão em 2019 alcançou 357.199 habitantes. O município de Blumenau que pertence a Região e participa da Associação dos Municípios do Vale Europeu – AMVE, tem a BLUMOB CONCESSIONÁRIA DE TRANSPORTE URBANO DE BLUMENAU SPE LTDA, como prestadora dos serviços de transporte coletivo urbano de passageiros, a qual tem seus dados apresentados na sequência.

## 3. A BLUMOB

A Blumob, é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 24.274.241/0001-85, estabelecida na Rua Almirante Tamandaré, nº 1.500, Bairro Vila Nova, CEP 89.035-000, Blumenau/SC, teve sua constituição em 10 de março de 2017, vencedora do Edital de Concorrência nº 038/2016, possui sob sua responsabilidade, na qualidade de

2

[www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)

Rua Alberto Stein | 466 | Bairro Velha | Blumenau-SC | 47 3331-5827  
ouvidoria@agir.sc.gov.br | CNPJ 11.762.843/0001-41



Concessionária, o Contrato de Concessão nº 042/2017, que trata da prestação e exploração do Serviço de Transporte Público Coletivo de Passageiros do Município de Blumenau, com duração de 20 (vinte) anos, contados a partir do início da operação, em primeiro de julho de 2017.

#### 4. RELATO HISTÓRICO DA CONSULTA PÚBLICA

O presente relatório trata das contribuições, recebidas que atenderam às condições e requisitos elencados no Regulamento da Consulta Pública nº 11/2022, disponível no site da AGIR, no link: <https://www.agir.sc.gov.br/noticia/view/323/abertura-da-consulta-publica-n-0112022-sobre-proposta-de-alteracao-no-dimensionamento-e-investimentos-na-garagem-do-transporte-publico-de-blumenau?title=Abertura+da+Consulta+P%C3%BAblica+n%C2%BA+011%2F2022%2C+sobre+proposta+de+altera%C3%A7%C3%A3o+no+dimensionamento+e+investimentos+na+garagem+do+Transporte+P%C3%BAblico+de+Blumenau>.

A sua elaboração e disponibilização coaduna com um dos princípios fundamentais estabelecidos no art. 5º da Lei Federal nº 12.587/2012, que dispõe sobre os princípios que fundamentam a Política Nacional de Mobilidade Urbana, contribuindo para aprimorar os processos decisórios institucionalizados.

A Consulta Pública nº 011/2022, realizada no período de 02/08/2022 a 22/08/2022, publicada em 01 de agosto de 2022, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC, teve como objetivo requerer a opinião da sociedade sobre a **proposta de redimensionamento do investimento em infraestrutura (terrenos operacionais e adaptação de garagem e oficinas**, apresentada pela Empresa BluMob, tendo o aceite do Poder Concedente e submetido a análise desta Agência Reguladora, conforme documentos que embasaram a presente consulta e integram o Processo Administrativo nº 211/2022 desta Agência Reguladora.

Os resultados desta consulta, conforme observado no **quadro 1. Contribuições recebidas para alteração de investimento.**, apresenta a contribuição da sociedade, além de oferecer uma oportunidade para atenuar os riscos que gravitam em torno da prestação do serviço sob um cenário regulatório em continua melhoria, em termos de regras definidas contratualmente. Também permite a percepção das vantagens pecuniárias da readequação deste investimento visto a continuidade da prestação do serviço e do uso do transporte público, fato que corrobora para a obtenção da modicidade tarifária.





**Quadro 1. Contribuições recebidas para alteração de investimento.**

NOME/ENTIDADE/RAZÃO SOCIAL	FINALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO APRESENTADA	RESPOSTA À CONTRIBUIÇÃO
T.L.H.*	Positiva	A favor da alteração do valor do investimento previsto no contrato de concessão.	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
D.S.*	Positiva	A alteração do investimento mostra-se justa na conjuntura atual, na medida em que reduz a contrapartida do município no equilíbrio financeiro, liberando capital para atendimento de necessidades mais prementes e abre possibilidade de redução de tarifa ao usuário em momento de alta no custo de vida.	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
R.F.W.*	Positiva	É válido a proposta se a redução do investimento for repassada ao usuário do transporte através da redução da tarifa	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.

4

Rua Alberto Stein | 466 | Bairro Velha | Blumenau-SC | 47 3331-5827  
ouvidoria@agir.sc.gov.br | CNPJ 11.762.843/0001-41

[www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)



NOME/ENTIDADE/RAZÃO SOCIAL	FINALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO ASENTADA	RESPOSTA À CONTRIBUIÇÃO
E.K.*	Positiva	A estrutura ainda suprirá a necessidade operacional, e gerará redução aos passageiros. Baita ideia!	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
E.S.*	Positiva	Td que reduz a tarifa é bem vindo	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
E.S.K.*	Positiva	Se reduz custos sem comprometer a operação, deve ser aprovado	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
A.P.*	Positiva	Concordo pois é bom reduzir tarifas	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.

5

Rua Alberto Stein | 466 | Bairro Velha | Blumenau-SC | 47 3331-5827  
ouvidoria@agir.sc.gov.br | CNPJ 11.762.843/0001-41

[www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)



NOME/ENTIDADE/RAZÃO SOCIAL	FINALIDADE DA CONTRIBUIÇÃO	CONTRIBUIÇÃO APRESENTADA	RESPOSTA À CONTRIBUIÇÃO
G.P.*	Positiva	Estou de acordo com a proposta apresentada pela empresa para redimensionamento da garagem, porém sugiro que seja firmado termo aditivo ao contrato prevendo esta mudança, inclusive atribuindo responsabilidade à concessionária de investir em aumento/construção de garagem caso, futuramente, haja crescimento da demanda no transporte coletivo e consequentemente a necessidade de compra de mais veículos.	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.
V.C.S.*	Positiva	Sou a favor da redução, do investimento. Mas quero isso ajustado em aditivo	A contribuição apresentada corrobora com o entendimento das partes e auxiliará na Decisão Regulatória da AGIR.

\*Pessoa Física

Fonte: Elaboração própria (2022).

6

Rua Alberto Stein | 466 | Bairro Velha | Blumenau-SC | 47 3331-5827  
ouvidoria@agr.sc.gov.br | CNPJ 11.762.843/0001-41

[www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)



No quadro acima, é possível observar que houveram 9 (nove) contribuições, sendo todas favoráveis a modificação. Insta observar que em algumas contribuições detectou-se a preocupação relacionada a aditivção contratual. Entende-se que tal consideração é fundamental para a continuidade contratual, uma vez que esta concessão perdurará por 20 anos.

#### 5. DO RESULTADO DA CONSULTA DESSA AGÊNCIA.

Considerando que as melhores práticas regulatórias podem ser alcançadas por meio de critérios reconhecidamente objetivos e transparentes, o presente relatório visa tão somente divulgar as contribuições recebidas no período da Consulta Pública nº 11/2022, ocorrido entre os dias 02 de agosto e 22 de agosto de 2022.

A resposta da Agência com relação a **proposta de redimensionamento do investimento em infraestrutura (terrenos operacionais e adaptação de garagem e oficinas)**, será divulgada oportunamente. Tal situação decorre da necessidade de se evitar a antecipação de seu entendimento, o que somente poderá ser divulgado após a Decisão do Diretor Geral desta Agência de Regulação.

Blumenau (SC), 15 de setembro de 2022

(Assinados Eletronicamente)

**MARIA DE FATIMA MARTINS**

Assessora Jurídica da AGIR  
OAB/SC 35.127

**LUCILENE BEZERRA DA SILVA**

Gerente de Controle, Regulação e  
Fiscalização de Transporte Coletivo da AGIR  
Decreto nº 104/2021

7

[www.agir.sc.gov.br](http://www.agir.sc.gov.br)

Rua Alberto Stein | 466 | Bairro Velha | Blumenau-SC | 47 3331-5827  
[ouvidoria@agir.sc.gov.br](mailto:ouvidoria@agir.sc.gov.br) | CNPJ 11.762.843/0001-41

**CIDIROS****AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2022 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2022**

Publicação Nº 4186650

Cód. de Registro de Informação (e-Sfinge) 7940EC66571E39E2BAC27610A36A6E7C7EF0E4A7

Estado de Santa Catarina

Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios – CIDIROS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 016/2022

PREGÃO PRESENCIAL N. 011/2022

O Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios - CIDIROS, através da sua Presidente e Pregoeira, tornam público, para conhecimento dos interessados que fará realizar, sob a égide da Lei n.º 10.520/02, subsidiariamente as disposições da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo menor preço por item, que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviço de assessoria e planejamento organizacional, administrativa, financeira e orçamentária, bem como treinamento e acompanhamento durante a implantação da Usina de Asfalto do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento da Infraestrutura Rodoviária Entre os Rios – CIDIROS.

O certame realizar-se-á no dia 29 de setembro de 2022, com entrega dos envelopes de Proposta de Preço e Documentos de Habilitação até às 13h30min e abertura da Sessão Pública às 13:45 do mesmo dia (horário de Brasília).

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na página eletrônica do Município de Ipuacu, link "licitações" endereço: <https://www.ipuacu.sc.gov.br>. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone (49) 3449 0045 ou pelo e-mail: consorciocidirois@gmail.com ou ediane.alm09@gmail.com, em horário de expediente de segunda a sexta-feira, das 07h30min às 11h30min e das 13h às 17h.

Ipuacu/SC, 16 de setembro de 2022.

Clori Peroza.

Presidente do Consórcio.

Prefeita de Ipuacu

**CIMVI****EDITAL DE PUBLICIDADE 2022 - LAI**

Publicação Nº 4186397

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 12/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 344-21-CIM-LAI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo Município de Indaial o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO com prazo de validade de vinte e quatro meses, formulado pelo empreendedor LOTEAMENTO CASA ROSADA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 38.235.690/0001-30, para a atividade 71.11.00 - Parcelamento de solo urbano: Loteamento localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto do parcelamento, que será exercida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 832, Bairro Dos Estados, Indaial/SC, sendo que o processo de licenciamento se encontra disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 22 de julho de 2022.

Paulo Roberto Ledra

Município de Indaial

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 13/2022

PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1403-22-CIM-LAI

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo Município de Timbó o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO com prazo de validade de vinte e quatro meses, formulado pelo empreendedor SIMEONI EMPREENDIMENTO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 40.412.534/0001-40, para a atividade 71.11.00 - Parcelamento de solo urbano: Loteamento localizado em municípios da Zona Costeira, assim definidos pela legislação específica, ou em municípios onde se observe pelo menos uma das seguintes condições: a) não possua Plano Diretor, de acordo com a Lei federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001; b) não exista sistema de coleta e tratamento de esgoto na área objeto do parcelamento, que será exercida na Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 1930, Bairro Das Nações, Timbó/SC, sendo que o processo de licenciamento se encontra disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó, 03 de agosto de 2022.

Ricardo Longo Orsi

Município de Timbó

Decreto nº 4817/2018

**EDITAL DE PUBLICIDADE 2022 - LAO**

Publicação Nº 4186399

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 40/2022****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 876-21-CIM-LAO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo Município de Indaial o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor INDABLOCOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 42.988.122/0001-88, para a atividade 10.50.10 – Fabricação de peças, ornatos e estruturas de cimento e gesso, que será exercida na Avenida Carlos Schroeder, nº 360, Bairro Nações, Indaial/SC, sendo que o processo de licenciamento se encontra disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 22 de julho de 2022.

Paulo Roberto Ledra

Município de Indaial

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 41/2022****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 863-21-CIM-LAO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo Município de Timbó o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor POSTO ALEXANDRE LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 95.801.668/0002-25, para a atividade 42.32.10 – Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem ou lubrificação de veículos, que será exercida na Rua Nereu Ramos, nº 953 - Posto Alexandre, Bairro Centro, Timbó/SC, sendo que o processo de licenciamento se encontra disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Timbó, 28 de julho de 2022.

Ricardo Longo Orsi

Município de Timbó

Decreto nº 4817/2018

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 42/2022****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 839-21-CIM-LAO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo Município de Indaial o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor AUTO POSTO DOS ESTADOS LTDA, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ sob nº 12.712.815/0001-82, para a atividade 42.32.10 – Comércio de combustíveis líquidos e gasosos em postos revendedores, postos flutuantes e instalações de sistema retalhista, com lavagem ou lubrificação de veículos, que será exercida na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1165 - Posto AFLEX, Bairro Estados, Indaial/SC, sendo que o processo de licenciamento se encontra disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Indaial, 29 de julho de 2022.

Paulo Roberto Ledra

Município de Indaial

Decreto nº 907/2017 e 1811/2019

**EDITAL DE PUBLICIDADE DE LAO Nº 43/2022****PROCESSO DE LICENCIAMENTO PROTOCOLO Nº 1250-22-CIM-LAO**

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, nos termos da RESOLUÇÃO CONAMA nº 237, de 19 de dezembro de 1997 (art.10, VIII) torna público que se foi deferido pelo Município de Apiúna o pedido de concessão de LICENÇA AMBIENTAL DE OPERAÇÃO com prazo de validade de quarenta e oito meses, formulado pelo empreendedor JAIR JERRI DALLABRIDA, pessoa jurídica, inscrita no CPF sob nº 759.123.419-68, para a atividade 01.70.00 – Criação de animais confinados de pequeno porte (avicultura), que será exercida na Rua Estrada Geral Morro Grande, nº s/nº, Bairro Margem Esquerda, Apiúna/SC, sendo que o processo de licenciamento se encontra disponível para consulta junto ao Departamento Ambiental do CIMVI na Rua Tupiniquim, nº 1070, Bairro Araponguinhas em Timbó, Santa Catarina. Este edital atende as Resoluções nº 237/97 do CONAMA e 99/2017 do CONSEMA/SC.

Apiúna, 02 de agosto de 2022.

Flávio Bazzanella

Município de Apiúna

Decreto nº 489/2022

**INDEFERIMENTO - OFÍCIO Nº 11.300/2022**

Publicação Nº 4186713

**CIMVI**  
Ambiental**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

**Ofício nº 11.300/2022**

Timbó, 12 de agosto de 2022.

À

**MARCIO KRUGER**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 714.501.499-87, domiciliado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 1025, Bairro Padre Martinho Stein, em Timbó/SC, CEP 89.120-000.**PROCURADOR****SANDRO FRITZ**, brasileiro, inscrito no CPF sob nº 490.257.409-87, domiciliado na Rua Jerônimo Francisco da Silva, nº 10, Bairro Velha, em Blumenau/SC, CEP 89.040-085.

Nesta,

**Referência: Processo de Licenciamento Ambiental Simplificado – AuA do empreendimento situado na Rua Pomeranos, s/nº, Bairro São Roque, em Timbó/SC, CEP 89.120-000 – Cód. Ativ. Res. CONSEMA nº 99/2017 – 03.31.04.****Protocolo CIMVI nº 988/2020****Protocolo Prefeitura de Timbó nº 20.010/2020**

Através do presente o **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – CIMVI**, pessoa jurídica de direito público interno, associação pública, inscrita no CNPJ nº 03.111.139/0001-09, Departamento Ambiental, com sede na rua Tupiniquim, nº 1.070, bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000, em parceria técnica com o **MUNICÍPIO DE TIMBÓ**, vem, OFICIAR Vossa Senhoria, acerca dos fatos que passamos a reproduzir:

Aportou no CIMVI Ambiental, documentos solicitando **Licenciamento Ambiental Simplificado (AuA)** para a atividade citada na referência acima (03.31.04 - Sistema 1: Unidade de produção de peixes em viveiros e 26.50.20 – Abate de animais de pequeno porte).

Através dos **Ofícios CIMVI nº 5.936/2020, 8.349/2021, 9.031/2021, 9.687/2022** e por último **Ofício nº 10.507/2022**, foram solicitados documentos, explicações e diligências necessárias ao regular desenvolvimento do processo de licenciamento ambiental, bem como a mitigar os impactos da atividade desenvolvida.

<b>Ofícios CIMVI nº 5.936/2020, 8.349/2021, 9.031/2021, 9.687/2022 e Ofício nº 10.507/2022</b>	<b>Situação</b>
<p>1. Retificar o requerimento efetuando o enquadramento da atividade de acordo com o código e parâmetros (LA) indicados na Resolução CONSEMA/SC nº 99/17, alterada pela Resolução CONSEMA/SC nº 133/19 (<b>03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros</b>);</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 8.349/2021 – Item parcialmente atendido.</b> Considerando que em vistoria foi constatada a realização de outra atividade licenciável, apresentar Requerimento de Autorização Ambiental para as atividades desenvolvidas pelo empreendimento, sendo elas: <b>03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros</b> e <b>26.50.20 – Abate de animais de pequeno porte</b>,</p>	<p><b><u>Item parcialmente atendido.</u></b></p> <p>O requerimento permanece com a informação da atividade incorreta “03.31.00 - Unidade de Produção de Peixes em Sistema de Policultivo,” revogada pela resolução CONSEMA nº 133, de 2019.</p>

Página 1 de 8

Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Timbó – SC – E-mail: [contatoamb@cimvi.sc.gov.br](mailto:contatoamb@cimvi.sc.gov.br)  
Telefone: (47) 3380-1345





**CIMVI**  
Ambiental

**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

<p>conforme modelo disponível no site do CIMV Ambiental: &lt;<a href="https://ambiental.cimvi.sc.gov.br/documentos-ambientais/">https://ambiental.cimvi.sc.gov.br/documentos-ambientais/</a>&gt;;</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.031/2021 – Item parcialmente atendido.</b> Deverá reapresentar o Requerimento de Autorização Ambiental com as <b>duas atividades desenvolvidas</b> pelo empreendimento (03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros e 26.50.20 – Abate de animais de pequeno porte). Observação: o enquadramento do porte e potencial poluidor deverá ser da atividade de maior potencial poluidor 26.50.20 (M).</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.687/2022 – Item não atendido.</b> Não apresentou.</p> <p><b>Ofício nº 10.507/2022 - Item parcialmente atendido.</b> Considerando a apresentação de dois Requerimentos de Autorização Ambiental, solicita-se a apresentação de apenas um Requerimento com as <b>duas atividades desenvolvidas</b> pelo empreendimento (03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros e 26.50.20 – Abate de animais de pequeno porte). Além disso, deverá rever os Portes e Potenciais Poluidores informados, haja visto que os mesmos estão divergentes da atividade desenvolvida.</p>	
<p>2. O Formulário de Autorização Ambiental deve ser totalmente preenchido, indicando ainda o sistema de tratamento de efluentes sanitários existente no local;</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 8.349/2021 – Item parcialmente atendido.</b> Considerando que em vistoria foi constatada a realização de outra atividade licenciável, apresentar Formulário de Autorização Ambiental, considerando as atividades licenciáveis acima citadas (03.31.04 e 26.50.20), conforme modelo disponível no site do CIMV Ambiental: &lt;<a href="https://ambiental.cimvi.sc.gov.br/documentos-ambientais/">https://ambiental.cimvi.sc.gov.br/documentos-ambientais/</a>&gt;;</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.031/2021 – Item parcialmente atendido.</b> Deverá reapresentar o Formulário de Autorização Ambiental com as <b>duas atividades desenvolvidas</b> pelo empreendimento (03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros e 26.50.20 – Abate de animais de pequeno porte).</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.687/2022 – Item não atendido.</b> Considerando a apresentação de dois Formulários de Autorização Ambientais, solicita-se a apresentação de apenas um Formulário</p>	<p>Item atendido.</p>





**CIMVI**  
Ambiental

**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

<p>com as <u>duas atividades desenvolvidas</u> pelo empreendimento (03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros e <u>26.50.20</u> – Abate de animais de pequeno porte).</p> <p><b>Ofício nº 10.507/2022 - <u>Item parcialmente atendido.</u></b> Reitera-se o pedido anterior, devendo apresentar um Formulário com as <u>duas atividades desenvolvidas</u> pelo empreendimento (03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros e <u>26.50.20</u> – Abate de animais de pequeno porte).</p>	
<p>13. Apresentar contrato e licença ambiental das empresas terceirizadas e fornecedores (alevinos) que realizem e/ou prestem serviços, quando couber;</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 8.349/2021 – <u>Item não atendido.</u></b> Não apresentou.</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.031/2021 – <u>Item não atendido.</u></b> Requerente apresentou nota fiscal da aquisição dos alevinos da empresa “Piscicultura Aquabel Ltda”. Deverá apresentar cópia da licença ambiental da referida empresa fornecedora dos alevinos.</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.687/2022 – <u>Item não atendido.</u></b> Deverá Apresentar cópia da licença ambiental da empresa “Piscicultura Aquabel Ltda”, fornecedora dos alevinos.</p> <p><b>Ofício nº 10.507/2022 - <u>Item parcialmente atendido.</u></b> Requerente reapresentou a nota fiscal de venda de alevinos da “Piscicultura Aquabel” e cópia da Autorização Ambiental nº 273/2020 (Dagvin Wachholz), sendo esta divergente do empreendimento que vendeu os alevinos. Sendo assim, deverá apresentar cópia da licença ambiental da empresa “Piscicultura Aquabel Ltda”, fornecedora dos alevinos.</p>	<p>Item justificado e atendido.</p>
<p>15. Planta de situação/localização em UTM ou Coordenada Geográfica, informando o DATUM de origem, assinalando o uso atual do solo, os remanescentes florestais, hidrografia e o local pretendido para o empreendimento. Planta georreferenciada com dimensões dos tanques/viveiros;</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 8.349/2021 – <u>Item parcialmente atendido.</u></b> A planta apresentada não se encontra georreferenciada, deverá apresentar com conforme solicitado, contendo ainda indicação dos pontos de captação de água e de lançamento final dos efluentes.</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.031/2021 – <u>Item não atendido.</u></b></p>	<p><b><u>Item parcialmente atendido</u></b></p> <p>A planta não apresenta as distâncias georreferenciadas dos viveiros ao curso d’água, tendo sido representados os cursos d’água desenhados a mão livre, e não houve detalhamento do curso existente aos fundos do empreendimento que abastece a lagoa 8.</p>

Página 3 de 8

Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Timbó – SC – E-mail: [contatoamb@cimvi.sc.gov.br](mailto:contatoamb@cimvi.sc.gov.br)  
Telefone: (47) 3380-1345



**CIMVI**  
Ambiental

**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

<p>A planta reapresentada não condiz com o imóvel em questão (Mat. 29.247) e com a realidade observada no local, portanto, deverá apresentar mapa georreferenciado do imóvel, com localização e dimensão dos viveiros atualmente existentes, remanescentes florestais, recursos hídricos e ainda indicação dos pontos de captação de água e de lançamento final dos efluentes.</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.687/2022 – <u>Item parcialmente atendido.</u></b> A planta reapresentada está ilegível, portanto deverá apresentar a mesma em arquivo formato PDF ou em via física (impressa).</p> <p><b>Ofício nº 10.507/2022 – <u>Item parcialmente atendido.</u></b> A planta apresentada não atende os requisitos solicitados anteriormente, sendo que o mesmo mapa vem sendo apresentado insistentemente pelo consultor. Deverá apresentar novo mapa georreferenciado do imóvel, com localização e dimensão dos viveiros atualmente existentes, remanescentes florestais, recursos hídricos e ainda indicação dos pontos de captação de água e de lançamento final dos efluentes. Deverá apresentar o mesmo em arquivo formato PDF e em via física (impressa).</p>	
<p>16. Projetos executivos das unidades produtoras e controles ambientais, contendo memorial descritivo, plantas e cortes, indicando inclusive pontos de adução e lançamento das águas;</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 8.349/2021 – <u>Item não atendido.</u></b> Apresentar os controles ambientais dos efluentes da despesca, dos efluentes da evisceração de peixes, do tratamento dos peixes mortos e carcaças, do controle de fuga dos viveiros, bem como do armazenamento e destinação dos resíduos do empreendimento.</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.031/2021 – <u>Item não atendido.</u></b> Não apresentou resposta.</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.687/2022 – <u>Item justificado e atendido.</u></b> Requerente informou que os resíduos de evisceração de peixes (abate) e peixes mortos/carcaças gerados no empreendimento são utilizados na fabricação de ração para os peixes. Além disso, informou que todos os viveiros possuem telas protetoras para evitar a fuga dos peixes.</p> <p><b>Ofício nº 10.507/2022 – <u>Item não atendido.</u></b> a) Considerando que o empreendedor utiliza os resíduos de evisceração de peixes (abate) e peixes mortos/carcaças gerados no empreendimento para fabricação de ração para os peixes, através de</p>	<p><b><u>Itens a) e b) não atendidos</u></b></p> <p>Apresentou somente fotos de uma trincheira escavada. Não houve portanto, apresentação de tratamento adequado dos resíduos com os devidos controles ambientais ou correta destinação dos mesmos.</p>

Página 4 de 8

Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Timbó – SC – E-mail: [contatoamb@cimvi.sc.gov.br](mailto:contatoamb@cimvi.sc.gov.br)  
Telefone: (47) 3380-1345



**CIMVI**  
Ambiental

**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

<p>cozimento, e considerando a necessidade de adequação da destinação dos peixes mortos e cuidados sanitários (Art. 9º e 16 da Instrução Normativa nº 04/2015 do Ministério da Pesca e Aquicultura), apresentar no prazo deste ofício, <u>proposta de destinação dos mesmos através de compostagem na propriedade, com memorial descritivo da metodologia a ser realizada e registro fotográfico do local.</u></p> <p>b) Com relação a evisceração dos peixes (abate), deverá providenciar destinação ambientalmente correta das carcaças e vísceras, acompanhado do contrato para destinação dos mesmos, bem como a devida licença da empresa de destinação ou apresentar autorização do Ministério da Pesca e Aquicultura para o uso na alimentação de animais aquáticos, conforme apontado no Art. 16 da sua Instrução Normativa nº 04/2015.</p>	
<p>18. Apresentar documentação em meio físico e digital.</p> <p><b>Ofício nº 10.507/2022 - Item não atendido.</b></p> <p>Não apresentou. Apresentar também a documentação em resposta a este ofício.</p>	<p>Item atendido.</p>
<p><b>19. Considerando a vistoria realizada pelo técnico do CIMVI, apresentar Relatório Técnico e Fotográfico das seguintes adequações:</b></p> <p>a) Apresentar esclarecimentos sobre o tipo de produto e/ou forma de afugentamento dos predadores, visto que em vistoria foi informado a aplicação de certo produto na água;</p> <p>b) Apresentar Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico de Atividades Potencialmente Poluidoras – CTF do IBAMA;</p> <p>c) Apresentar proposta para destinação dos peixes mortos, em conformidade com as normas ambientais vigentes;</p> <p>d) Apresentar informações sobre a produção de abate semanal do empreendimento (CmedA – Capacidade média de abate/dia), bem como do armazenamento e destinação dos resíduos (evisceração de peixes) do empreendimento;</p> <p>e) Haja visto que em vistoria foi informado sobre a inexistência de sistema de tratamento de efluentes gerados através do abate de peixes, deverá apresentar proposta para tratamento deste efluente e cronograma de implantação do mesmo.</p> <p><b>Ofício CIMVI nº 9.031/2021 – Item não atendido</b></p> <p>a) <b>Item não atendido.</b></p> <p>Não apresentou resposta.</p> <p>b) <b>Item atendido.</b></p> <p>c) <b>Item parcialmente atendido.</b></p>	<p><b>Item c) não atendido.</b></p> <p>Apresentou somente fotos de trincheira escavada. Não houve portanto, apresentação de tratamento adequado dos resíduos com os devidos controles ambientais ou destinação correta dos mesmos.</p> <p><b>Item e) não atendido.</b></p> <p>Não apresentou resposta.</p>

**CIMVI**  
Ambiental**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

Apresentar proposta de compostagem e/ou destinação ambientalmente adequada dos peixes mortos e esclarecer o procedimento de destinação das carcaças do abate.

**d) Item não atendido.**

Não apresentou resposta.

**e) Item não atendido.**

Não apresentou resposta.

**Ofício CIMVI nº 9.687/2022**

**a) Item não atendido.**

Não apresentou resposta.

**b) Item atendido.**

**c) Item justificado e atendido.**

Requerente informou que os resíduos de evisceração de peixes e os peixes mortos gerados no empreendimento são utilizados para alimentação dos peixes da piscicultura após fabricação de ração por cozimento. Considerando a realização do abate e da utilização das carcaças e vísceras no preparo da alimentação dos peixes da piscicultura, deverá apresentar alvará sanitário da atividade.

**d) Item não atendido.**

Deverá apresentar informações sobre a produção de abate semanal do empreendimento (CmédA – Capacidade média de abate/dia).

**e) Item não atendido.**

Não apresentou resposta.

**Ofício nº 10.507/2022**

**a) Item justificado e atendido.**

**b) Item atendido.**

**c) Item não atendido.**

Considerando que o empreendedor utiliza os resíduos de evisceração de peixes (abate) e peixes mortos/carcaças gerados no empreendimento para fabricação de ração para os peixes, através de cozimento, e considerando a necessidade de adequação da destinação dos peixes mortos e cuidados sanitários (Art. 9º e 16 da Instrução Normativa nº 04/2015 do Ministério da Pesca e Aquicultura), apresentar no prazo deste ofício, proposta de destinação dos mesmos através de compostagem na propriedade, com memorial descritivo da metodologia a ser realizada e registro fotográfico do local. Já em relação as eviscerações de peixes (abate), deverá providenciar destinação ambientalmente correta, conforme solicitado no item 16. b) deste ofício.

**d) Item atendido.**

Requerente apresentou declaração informando que a capacidade média de abate/dia é de 3,00 kg.

**e) Item não atendido.**

Não apresentou resposta.

Considerando a análise acima e os ofícios anteriormente encaminhados, tendo o requerente apresentado documentações parciais, e inclusive, sem manifestar-se sobre itens que vem sendo

Página 6 de 8

Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Timbó – SC – E-mail: [contatoamb@cimvi.sc.gov.br](mailto:contatoamb@cimvi.sc.gov.br)  
Telefone: (47) 3380-1345

**CIMVI**  
Ambiental**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

reiterados, tendo deixado fluir in *albis os* prazos concedidos sem qualquer manifestação. Isso demonstra, além do abandono, conduta que não se coaduna com os princípios de boa fé e lealdade processuais, postergando o processo por longo período em razão da desídia do empreendedor.

Fica a Vossa Senhoria COMUNICADO sobre o **INDEFERIMENTO** do pedido de Autorização Ambiental, bem como o **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo, diante do abandono do mesmo.

Eventual recurso poderá ser formulado no endereço do Órgão Ambiental Municipal de Timbó, em horário de expediente, no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento do presente.

Considerando que a atividade desenvolvida por Vossa Senhoria é licenciável conforme listagem definida pela Resolução CONSEMA/SC nº 99/17 “**03.31.04 - Sistema I: Unidade de produção de peixes em viveiros e 26.50.20 – Abate de animais de pequeno porte**”, fica Vossa Senhoria desde já advertido, de que possui o prazo de **01 (um) mês** para promover a **IMEDIATA** regularização do empreendimento, dando entrada ao processo de licenciamento ambiental e recolhendo as taxas respectivas, o que deverá ser efetuado junto ao órgão ambiental competente.

Desde já fica Vossa Senhoria advertida de que o não cumprimento tempestivo das diligências solicitadas acima em sua **INTEGRALIDADE** acarretará a adoção de todas as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis, quer na esfera civil, criminal e administrativa, com remessa de informações a todos os órgãos públicos para que executem suas atribuições no âmbito de competências das respectivas searas.

O processo administrativo ambiental encontra-se com vista aberta para o intimado, podendo ter acesso aos autos de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 horas, junto a sede do CIMVI Ambiental, na Rua Tupiniquim, nº 1.070, Bairro Araponguinhas, em Timbó, Santa Catarina, CEP 89.120-000.

Certos de que o assunto merecerá pronta acolhida e compreensão de Vossa Senhoria, aproveitamos a oportunidade para reiterar protestos de elevada consideração e estima. Qualquer dúvida estamos à disposição.

Atenciosamente,

Rafael Paludo  
Engenheiro Florestal  
CREA/SC 129.840-0

**Decisão:**

Homologo as razões acima, as quais utilizo como fundamento e com base em tais motivos, **INDEFIRO** o pedido de emissão de Autorização Ambiental formulado, e **DETERMINO** o **ARQUIVAMENTO DEFINITIVO** do processo administrativo respectivo, diante do abandono do processo.

Página 7 de 8

Rua Tupiniquim, nº 1.070 – Timbó – SC – E-mail: [contatoamb@cimvi.sc.gov.br](mailto:contatoamb@cimvi.sc.gov.br)  
Telefone: (47) 3380-1345

**CIMVI**  
Ambiental**Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí**

Apiúna | Ascurra | Benedito Novo | Botuverá | Doutor Pedrinho | Ilhota | Indaial | Luiz Alves | Massaranduba | Pomerode | Rio dos Cedros | Rodeio | Timbó

Eventual recurso poderá ser formulado no endereço do órgão ambiental municipal de Timbó, em horário de expediente, no prazo de **20 (vinte) dias**, contados do recebimento do presente.

P.R.I.A.C.-se.

Timbó, 12 de agosto de 2022,

Ricardo Longo Orsi  
Município de Timbó  
Decreto nº 4817/2018



**CINCATARINA****PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 101/2021-E**

Publicação Nº 4188699

Processo Administrativo Eletrônico:	101/2022-e
Interessado:	PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA
Assunto:	Irregularidade na Execução do Contrato
Referencia:	PAL 22641/2020, PE 0059A/2020, Registro de Preço

**PARECER JURÍDICO**

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar irregularidades na execução dos contratos administrativos por parte da empresa PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 22641/2020, Pregão Eletrônico nº 0059A/2020, Registro de Preço.

Devidamente Notificada e, portanto, garantido o contraditório e ampla defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a empresa apresentou justificativa/defesa das irregularidades apontadas.

Em sua defesa, a empresa alega que passou por vários problemas no ano que findou (2021) com a falta de mercadorias, bem como pelas entregas atrasadas por parte dos seus fornecedores e, por esta razão, entregou os produtos conforme constatado (marca divergente). Ainda, salienta que tal atitude se deu para que os municípios não ficassem sem alimentos. Além disso, se prontificou a realizar a troca das mercadorias, visto que não houve má-fé.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

**II – FUNDAMENTAÇÃO****2.1. DO PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO**

Sabe-se que a licitação é o processo administrativo utilizado pela Administração Pública e pelas demais pessoas indicadas pela lei, com o objetivo de garantir a isonomia, selecionar a melhor proposta e promover o desenvolvimento nacional sustentável, por meio de critérios objetivos e impessoais, para celebração de contratos.

Por se tratar de processo administrativo, faz-se necessário o atendimento dos princípios constitucionais, expressos e implícitos, aplicáveis à Administração Pública, bem como a observância dos princípios expressos contidos na Lei Federal nº 8.666/93.

De todos os princípios aplicáveis, um tem especial importância no presente caso, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

A doutrina administrativista comumente utiliza-se de paráfrase para mencionar que este princípio seria a lei interna da licitação. Na realidade, trata-se da aplicação específica e pontual do princípio da legalidade que tem duplo destinatário, a Administração Pública e o licitante. Por tais razões, a não observância das regras fixadas no instrumento convocatório acarretará a ilegalidade do certame ou a nulidade da proposta ou irregularidade na execução.

Outrossim, importa destacar que a Administração Pública, buscando atender ao princípio da eficiência pode adotar um sistema que visa racionalizar as compras e serviços a serem contratados. Nesse sentido, possível a adoção do Sistema de Registro de Preços, o qual tem por objetivo selecionar a proposta mais vantajosa, mediante concorrência ou pregão, que ficarão registradas perante a Autoridade Estatal para futuras e eventuais contratações durante o período de validade da Ata de Registro de Preços. Importa destacar que, a licitante não terá direito adquirido na contratação dos itens nos quantitativos informados, mas mera expectativa de direito, porém, deve manter suas condições de habilitação regulares durante toda a vigência do certame.

**2.2. DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇO**

As atas de registro de preço firmadas com a empresa PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA, são decorrentes do PE 0059A/2020, sendo que o prazo de validade do registro de preços é de 02/03/2021 até 01/03/2022.

**2.2.1 Obrigações assumidas**

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata, sendo permitida qualquer alteração apenas após consulta à equipe técnica e respeitado o interesse público.

**2.2.2. Da Vinculação à Proposta.**

A proposta é o meio pelo qual o licitante exterioriza sua vontade em participar do certame licitatório. Nela existe uma declaração de vontade pela qual uma pessoa se propõe a outra em celebrar determinado negócio jurídico. Para que este se aperfeiçoe, deve haver a aceitação da parte contrária.

A proposta apresentada na licitação somente pode ser aceita se preenchidos os requisitos materiais e formais necessários. Se a proposta foi classificada pelo Pregoeiro ou Comissão de Licitação, conforme o caso, significa que tais condições foram analisadas e legitimou a sua permanência no certame.

Por requisitos materiais, entenda-se os critérios de aceitabilidade da proposta relacionados ao seu objeto. São as especificações técnicas, os certificados de validação ou homologação do produto, quando exigidos, entre outros. São requisitos formais, aqueles elementos relacionados ao modo de como a proposta deve se expressar. Como se trata de uma declaração de vontade que acarreta efeitos jurídicos, tais efeitos somente ingressarão no mundo jurídico se não houver nenhum vício que torne a declaração de vontade duvidosa. Em outras palavras, a

proposta não pode conter nenhum vício de consentimento.

A apresentação de proposta destoante das condições estipuladas no edital e/ou desprovida de viabilidade formal, enseja, necessariamente, a sua desclassificação. Quer dizer que, em contraponto, a aceitação de proposta que contenha tais vícios, representa flagrante e grave ilegalidade, com violação aos princípios da isonomia e da vinculação ao ato convocatório.

Quanto aos requisitos formais, segundo lição do festejado Celso Antônio Bandeira de Mello, a proposta deve ser: a) firme; b) séria; c) concreta; e, d) ajustada aos termos do edital.

Firme é a proposta formulada sem titubeio, sem condicionantes. Séria é a formulada com a intenção e a possibilidade de ser cumprida. Concreta é aquela cujos termos encerra integralmente o seu objeto, não deixando margens para variações e identificando precisamente aquilo que representa. Finalmente, por ajustada aos termos do edital entenda-se a proposta que cumpre a totalidade dos critérios de aceitabilidade estipulados no ato convocatório, ou seja, que cumpra todos os requisitos materiais.

Atento as orientações doutrinárias e legais pertinentes ao caso, o Edital nº 0059A/2020, previu que a proposta deve ser clara e objetiva, contendo todas as especificações do item a ser fornecido, conforme item 10.1, "h":

#### 10 – PROPOSTA ESCRITA E FORNECIMENTO

10.1 – A Empresa vencedora, deverá enviar ao Pregoeiro (a), via sistema, a Proposta de Preços adequada ao último lance ofertado, após a negociação, no prazo de 02 (duas) horas, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

#### NA PROPOSTA ESCRITA, DEVERÁ CONTER:

h) Especificação marca/modelo completa do produto oferecido de acordo com as apresentadas na Proposta Eletrônica com informações técnicas que possibilitem a sua completa avaliação, totalmente e estritamente conforme descrito no item 1.1, deste Edital.

Não obstante a disposição editalícia, tem-se no art. 427 do Código Civil que:

Art. 427. A proposta de contrato obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

Conforme citado artigo, vislumbra-se que a proposta é vinculativa, com efeitos concretos já disciplinados no edital, conforme disposto no Item 13, do Edital, in verbis:

#### 13 – DAS OBRIGAÇÕES DA VENCEDORA

13.1 – Será de responsabilidade da licitante vencedora:

b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta.

Diante do narrado, resta evidente a responsabilidade da empresa licitante em cumprir com sua proposta e fornecer os itens nos exatos moldes em que apresentados.

#### 2.2.3. Dos Itens Entregues em Desconformidade com o Edital e Proposta

Conforme exposto nos tópicos alhures, o fornecedor estava ciente de suas obrigações desde o momento da publicação do Edital, entre elas a vinculação de sua proposta e os prazos para entrega.

Depreende-se da Notificação Administrativa que a empresa entregou itens divergentes do previsto na proposta e exigido em Edital. Em 17/01/2021, o município de Treze Tílias (AF nº 113292/2021), comunicou o CINCATARINA que, no lugar do Leite em Pó (item integrante da cesta de alimentos), foi entregue um Composto Alimentar:

#### Produto Entregue Produto Ofertado

No que diz respeito à Autorização de Fornecimento nº 111926/2021, pertencente ao município de Arroio Trinta, fora identificado que os itens entregues que compõem a Cesta de Alimentos são de marca divergente da exigida em Edital:

- Farinha de Trigo 5kg, a marca ofertada foi "Caríssima" e a entregue foi "Plimor";
- Leite em pó, mesma situação acima elencada, entregue Composto Alimentar, sendo que o exigido era Leite em Pó da marca "Belac";
- Feijão Preto 1kg, a marca ofertada foi "Bom de Garfo" e a entregue foi "Bringhenti";
- Feijão Carioca 1kg, a marca ofertada foi "Bom de Garfo" e a entregue foi "Bringhenti";
- Macarrão Parafuso 500g, a marca ofertada foi "Qdelícia" e a entregue foi "Diana";
- Macarrão Espaguete 500g, a marca ofertada foi "Qdelícia" e a entregue foi "Diana";
- Óleo de Soja 900ml, a marca ofertada foi "Cocamar" e a entregue foi "Coamo";
- Arroz 5kg, a marca ofertada foi "Rampineli" e a entregue foi "Carreteiro".

Em relação à Autorização de Fornecimento nº 120133/2021, pertencente ao município de Lindóia do Sul, fora identificado que os itens entregues que compõem a Cesta de Alimentos, também, são de marca divergente da exigida em Edital:

- Farinha de Trigo 5kg, a marca ofertada foi "Caríssima" e a entregue foi "Plimor" de 1kg e 5kg;
- Feijão Preto 1kg, a marca ofertada foi "Bom de Garfo" e a entregue foi "Bela";
- Arroz 5kg, a marca ofertada foi "Rampineli" e a entregue foi "Minutinho" de 1kg.

Nesse sentido são as imagens e vídeos enviados pela municipalidade:

A folha de dados, parte integrante do Edital, é clara quanto as características, marcas e especificações dos produtos que compõem a Cesta de Alimentos, da forma que os itens a serem entregues devem ser exatamente aqueles ali previstos e elencados, sob pena de irregularidade na execução do contrato.

É entendimento consolidado do Tribunal de Contas da União quanto a impossibilidade de entrega de produto diferente do constante na proposta. Nesse sentido extrai-se:



Não se admite a entrega pela contratada de produto diferente da amostra apresentada e aprovada na licitação, pois a aceitação do produto demandaria nova avaliação técnica, prejudicando a celeridade da execução contratual e favorecendo a contratada em relação às demais participantes do certame (Acórdão 2611/2016. Plenário. Tribunal de Contas da União. Rel. Bruno Dantas. D.j. 11.10.2016).

Ainda, no mesmo sentido:

A aceitação de equipamento diferente daquele constante da proposta do licitante e com características técnicas inferiores às especificações definidas no termo de referência afronta o princípio da vinculação ao instrumento convocatório (arts. 3º e 41 da Lei 8.666/1993) e o princípio da isonomia, diante da possibilidade de as diferenças técnicas entre os bens influenciar não só no valor das propostas, como também na intenção de potenciais licitantes em participar do certame” (TCU, Acórdão no. 1.033/2019, Plenário, Rel. Min. Aroldo Cedraz)

Dos julgados acima indicados, vislumbra-se que o TCU verificou a violação a vinculação ao instrumento convocatório. Isso porque ao entregar bens de marcas diversas da indicada na proposta e, somado a isso, discrepantes das especificações editalícias, afastou-se o proponente das obrigações as quais aderiu com a sua participação voluntária.

Importante deixar consignado, mais uma vez, que o proponente não tem autonomia sobre a proposta uma vez que esta é apresentada e passa por análise de toda uma equipe sobre sua viabilidade e coerência com as disposições do edital. Ainda, não está autorizado a modificar seus termos ou características do objeto a seu próprio arbítrio, pouco importando o motivo alegado. A proposta deve ser formulada com responsabilidade de maneira que a mesma possa ser cumprida em seus exatos termos.

## 2.3 DA RESCISÃO CONTRATUAL/CANCELAMENTO DO REGISTRO

Primeiramente cumpre destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

Na esfera administrativa, a rescisão contratual referente as Autorizações de Fornecimento supramencionadas podem possuir dois fundamentos jurídicos plausíveis: a rescisão amigável (bilateral) ou ter por base o inadimplemento contratual (unilateral).

Não obstante a Autorização tenha sido atendida, esta foi entregue de modo irregular (modelo diverso do cotado – produto inferior). Nesse ponto devemos falar sobre inexecução contratual.

A inexecução ou inadimplemento contratual tem como base o descumprimento das obrigações assumidas pela empresa PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA e previstas em Edital, assim como aquelas estabelecidas na Ata Consolidada de fornecimento dos itens.

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos;
- IV – o atraso injustificado no início da obra, serviço ou fornecimento;
- VIII – o cometimento reiterado de faltas na sua execução, anotadas na forma do § 1º do art. 67 desta Lei; (grifo nosso)
- [...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação;
- [...]

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- [...]
- II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei;
- [...]
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Sobre isso, o ilustre doutrinador Marçal Justen Filho nos ensina que:

Ainda que se insista acerca da legalidade e da ausência de discricionariedade, é pacífico que o sancionamento ao infrator deve ser compatível com a gravidade e a reprovabilidade da infração. [...] Então, o instrumento jurídico fundamental para elaboração de uma teoria quanto às sanções atinentes à contratação administrativa reside proporcionalidade.

Deste modo, fica a cargo da Administração a aplicação das medidas sancionatórias em observância aos princípios da proporcionalidade e razoabilidade.

## 2.4 DA APLICAÇÃO DE PENALIDADES

Importa destacar que o contratado, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas (contrato).

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar penalidades ou sanções, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve descumprimento de obrigações contratuais por parte da empresa de acordo os documentos e relatórios acostados a esta, estando sujeita a aplicação das penalidades previstas em Lei, no Edital e na Cláusula Sexta da Ata de Registro de Preços:

### CLÁUSULA SEXTA –DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação

Por sua vez, prevê o artigo 87, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior [...]

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízo a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, porquanto a empresa deve cumprir seus compromissos dentro dos prazos estabelecidos e de acordo com as especificações técnicas aplicáveis ao caso.

Para aplicação das penalidades previstas em Lei, no Edital e no Contrato, a conduta da empresa deve ser observada, sob pena de aplicação de medidas desproporcionais.

O Ilustre Doutrinador, Celso Antônio Bandeira de Mello, faz uma breve reflexão sobre o tema:

[...] de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso normal de pessoas equilibradas e respeitadas das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida [...] não serão apenas inconvenientes, mas também ilegítimas – e portanto, jurisdicionalmente invalidáveis –, as condutas desarrazoadas, incoerentes ou praticadas com desconsideração às situações e circunstâncias que seriam atendidas por quem tivesse atributos normais de prudência, sensatez e disposição de acatamento às finalidades da lei.

Outrossim, tratando-se sobre atuação administrativa, o art. 22, § 2º, do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, denominado de Lei de Introdução à Norma de Direito Brasileiro- LINDB, prevê:

Art. 22. Na interpretação de normas sobre gestão pública, serão considerados os obstáculos e as dificuldades reais do gestor e as exigências das políticas públicas a seu cargo, sem prejuízo dos direitos dos administrados.

§ 1º Em decisão sobre regularidade de conduta ou validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, serão consideradas as circunstâncias práticas que houverem imposto, limitado ou condicionado a ação do agente.

§ 2º Na aplicação de sanções, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a administração pública, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes do agente.

§ 3º As sanções aplicadas ao agente serão levadas em conta na dosimetria das demais sanções de mesma natureza e relativas ao mesmo fato. (grifo nosso)

Portanto, a aplicação da sanção administrativa deve observar a especificidade de cada caso.

### 2.4.1 Da Penalidade de Multa

A penalidade de multa a ser aplicada a empresa na relação contratual com a administração pública possui dupla finalidade: caráter coercitivo (para sua execução forçada) e/ou caráter de reparação civil, a fim de reparar os danos ocasionados à Administração Pública.

Neste contexto, in verbis:

(...) é pacífico que o sancionamento ao infrator deve ser compatível com a gravidade e a reprovabilidade da infração. São inconstitucionais os preceitos normativos que imponham sanções excessivamente graves, tal como é dever do aplicador dimensionar a extensão e a intensidade da sanção aos pressupostos de antijuridicidade. (...) Não é possível colocar em um mesmo patamar a sanção de advertência e a declaração de inidoneidade para licitar.

No caso em comento, podemos observar que a empresa PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA está atendendo as Autorizações de Fornecimento de forma incorreta, entregando itens de marca divergente da exigida e, conseqüentemente, distintos dos efetivamente exigidos em Edital e apresentados em sua proposta vencedora.

Entende-se que a finalidade da aplicação da multa pecuniária seja ela para a execução dos serviços ou pela reparação dos danos causados ao erário de ser levada em consideração.

Neste ponto, devemos observar e considerar a aplicação dos princípios da proporcionalidade e razoabilidade no que diz respeito a aplicação da penalidade de multa das autorizações de fornecimento acima listadas, tanto no que tange à purgação da mora como no inadimplemento das obrigações.

Deste modo, considerando que o presente caso se trata de uma irregularidade do objeto (itens entregues de modo divergente), deve-se aplicar ao presente caso a disposição constante no item "d" da Cláusula Sexta da Ata de Registro de Preço:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 – Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participante as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato, ou proporcional por cada descumprimento;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

A aplicação da penalidade de multa recairá sobre as Autorizações de Fornecimento nº 111926/2021, 113292/2021 e 120133/2021 é o percentual aplicado será de 10% sobre o valor total de cada Autorização de Fornecimento, cujo valor detalhado será exposto na conclusão do presente Parecer Jurídico.

#### 2.4.2 Da Penalidade de Suspensão

Diante dos fatos arrolados, tendo por base as irregularidades na execução dos contratos administrativos firmados, observo a plausibilidade na aplicação cumulativa da penalidade de suspensão temporária de participação e impedimento de contratar com o CINCATARINA e seus municípios consorciados à empresa PLANALTO COMERCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA.

Nas lições do Ilustre Doutrinador Hely Lopes Meirelles, a sanção de suspensão temporária do direito de licitar é aplicada nos casos de inadimplemento por culpa bem como aos que praticaram atos ilícitos culposos, aplicando o primeiro ao caso concreto, in verbis:

A suspensão provisória ou temporária do direito de participar, de licitar e de contratar com a Administração é penalidade administrativa com que geralmente se punem os inadimplentes culposos e aqueles que culposamente prejudicarem a licitação ou a execução do contrato. Daí porque não nos parece apropriada a punição dos que praticarem atos ilícitos enumerados no art. 88 da Lei 8.666, uma vez que se o infrator age com dolo, ou se a infração é grave, a sanção adequada será a declaração de inidoneidade (Lei 8.666, arts. 87, III e IV, e 88). (grifo nosso)

A conduta adotada pela empresa se caracteriza por um fato que prejudicou o andamento da execução do contrato e, por consequência, os serviços prestados à população, atingindo diretamente o interesse público.

A sanção a ser aplicada em virtude da falta contratual cometida pelo contratado não deverá ser mais severa do que o necessário para a preservação do interesse público, sem qualquer intenção de privilegiar a imunidade e nem onerar demasiadamente o fornecedor, sempre baseada na prova material indiscutível.

Pelo princípio da razoabilidade, enuncia-se que a Administração, ao atuar no exercício discricionário, terá de obedecer a critérios aceitáveis do ponto de vista racional, em sintonia com o senso médio e respeitosa das finalidades que presidiram a outorga da competência exercida. A imposição de suspensão encontra fundamento no art. 31 da Resolução nº 44/2020, que regulamenta o Pregão, na forma eletrônica, no âmbito do CINCATARINA, bem como nas disposições previstas em Lei, Edital e Ata de Registro de Preços. Veja-se:

"Art. 31. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com o CINCATARINA e com os órgãos ou entidades dos entes da Federação consorciados e ou cooperados, e será descredenciado no Sistema de Cadastro de Fornecedores pelo prazo de até dois anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

No mesmo sentido é a Cláusula 18, item 18.7, do Edital, in verbis:

18.7. Nos termos do art. 7º da Lei Federal nº 10.520/2002, ao proponente que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa, exigida para a Licitação, que ensejarem o retardamento da execução do Certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do Contrato, comportarem-se de modo inidôneo, fizerem declaração falsa ou cometerem fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com o CINCATARINA, bem como com qualquer um dos Municípios Consorciados, pelo prazo de 02 (dois) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas em Edital e no Contrato e das demais cominações legais. (grifo nosso)

Como mencionado, a aplicação de sanção deve se pautar nos princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Assim, diante da conduta da empresa em entregar material diverso daquele que foi estabelecido na proposta e folha de dados (parte integrante do Edital), faz-se possível a aplicação da penalidade de suspensão.

Fato que corrobora a aplicação de penalidade mais gravosa é que o fornecedor tem consciência das condutas irregulares cometidas na execução do contrato e, mesmo assim, continuou as praticando, configurando a reincidência. Isso porque irregularidades semelhantes já haviam sido apuradas no Processo Administrativo nº 7463/2021-e, instaurado em 20 de maio de 2021.

Nesta oportunidade, foram constatadas diversas irregularidades, em várias Autorizações de Fornecimento distintas e a justificativa foi a mesma apresentada no presente processo administrativo, isto é, dificuldades com os fornecedores, pandemia e que fez isso somente para os municípios não ficarem desabastecidos.

Nesse teor, verifica-se que a empresa já tinha plena ciência que a entrega de itens divergentes não era permitida e, mesmo sendo compelida a realizar as substituições, sob pena de aplicação de penalidades administrativas, em um futuro muito breve, continuou a praticar as mesmas irregularidades, o que afasta a alegação de as entregas irregulares ocorrerem de boa-fé.

Nesse teor, sugere-se a aplicação cumulativa da penalidade de suspensão de participação em licitação e impedimento de contratação com o CINCATARINA e seus municípios consorciados pelo prazo de 06 (seis) meses, nos termos do art. 87, inciso III, da Lei Federal nº 8.666/93, item 18.6.1, alínea "b", do Edital e Cláusula Sexta, item 6.1, alínea "b", da Ata de Registro de Preço consolidada, cujo fundamento é a irregularidade na execução dos contratos administrativos de forma reincidente.

#### 2.4.3 Do Cancelamento do Registro de Preço

Em razão do descumprimento das condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preços, deverá ocorrer o cancelamento do registro de preços, nos termos da Cláusula Nona, in verbis:

#### CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O Fornecedor terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a Nota de Empenho e ou Autorização de Fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiverem presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA ou com qualquer um dos Municípios Consorciados, nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993;

VI - for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA ou qualquer um dos Municípios Consorciados, nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002;

VII - não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual. (grifos nossos)

No mesmo sentido são os itens 20.1 e 20.3 do Edital, in verbis:

#### 20.1 – O FORNECEDOR terá seu registro cancelado quando:

I - descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

II - não retirar a nota de empenho e ou autorização de fornecimento de compra no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - tiver presentes razões de interesse público;

V - for declarado inidôneo para licitar ou contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA ou com qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 87, inciso III ou IV, da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993; VI - for impedido de licitar e contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina – CINCATARINA ou qualquer um dos Municípios Consorciados nos termos do artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

VII - não utilizar recursos de tecnologia da informação disponibilizados pelo Consórcio na operacionalização e automatização dos procedimentos de controle da execução do objeto contratual.

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Dessa forma, além do descumprimento das condições estabelecidas no Edital e na Ata de Registro de Preço, há, também, razões de interesse público, visto que este está sendo lesado de forma constante. Nesse sentido, o cancelamento do registro de preço de todos os itens



do fornecedor no Processo Administrativo Licitatório nº 22641/2020, Pregão Eletrônico nº 0059A/2020, é medida que se impõe, de forma a evitar, ainda mais, prejuízos aos Órgãos Participantes e à população como um todo.

Por fim, tendo em vista a análise sistemática e exaustiva sobre a matéria, passo às conclusões.

### III – Conclusão

O presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado o contraditório e ampla defesa sobre as penalidades a serem aplicadas, nos termos do art. 87, da Lei nº 8.666/93. Posto isso, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço de todos os itens da PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA, no Processo Administrativo nº 22641/2020, PE nº 0059A/2020, Registro de Preço;
2. Pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 54,50, em relação à Autorização de Fornecimento nº 111926/2021, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item nº 02 (R\$ 545,05), em razão da irregularidade do objeto (itens entregues divergentes do exigido em Edital), conforme cláusula 6.1, "d" da Ata Consolidada, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao Município de Arroio Trinta para emissão do boleto de cobrança;
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 2.725,25, em relação à Autorização de Fornecimento nº 113292/2021, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item nº 02 (R\$ 27.252,50), em razão da irregularidade do objeto (itens entregues divergentes do exigido em Edital), conforme cláusula 6.1, "d" da Ata Consolidada, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao Município de Treze Tílias para emissão do boleto de cobrança;
4. Pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 184,72, em relação à Autorização de Fornecimento nº 120133/2021, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item nº 01 (R\$ 1.847,20), em razão da irregularidade do objeto (itens entregues divergentes do exigido em Edital), conforme cláusula 6.1, "d" da Ata Consolidada, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao Município de Lindóia do Sul para emissão do boleto de cobrança;
5. Pela aplicação cumulativa da penalidade de suspensão temporária pelo período de 06 (seis) meses de participação em licitação e impedimento de contratação com o CINCATARINA e seus municípios consorciados, nos termos do art. 87, III da Lei Federal nº 8.666/93, item 18.6.1, alínea "b", do Edital e Cláusula Sexta, item 6.1, alínea "b", da Ata de Registro de Preço consolidada;
6. Pelo encaminhamento do presente processo à controladoria interna do CINCATARINA, bem como da comunicação da Decisão Administrativa ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC;
7. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 27 de janeiro de 2022.

Dagmar José Belotto  
Analista Técnico IV - Advogado  
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	101/2022-e
Interessado:	PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 22641/2020, PE 0059A/2020

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem por objeto a apuração de irregularidades na execução do contrato por parte da licitante vencedora PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA, referente ao Processo Administrativo Licitatório nº 22641/2020, Pregão Eletrônico nº 0059A/2020, Registro de Preço.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação a todos os itens ao qual a empresa é detentora, aplicação da penalidade de multa no importe de 10% em razão da irregularidade no objeto (AF's nº 111926/2021, 113292/2021 e 120133/2021), bem como aplicação cumulativa da penalidade de suspensão temporária de 06 (seis) meses de participação em licitação e impedimento de contratação com o CINCATARINA e seus municípios consorciados, nos termos previstos na Lei, no Edital e na Ata de Registro de Preços, tudo em razão das irregularidades na execução dos contratos administrativos de forma reincidente, bem expostas e demonstradas no Parecer Jurídico.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0059A/2020, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço de todos os itens da PLANALTO COMÉRCIO E TRANSPORTES DE ALIMENTOS LTDA, no Processo Administrativo nº 22641/2020, PE nº 0059A/2020, Registro de Preço;
2. Pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 54,50, em relação à Autorização de Fornecimento nº 111926/2021, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item nº 02 (R\$ 545,05), em razão da irregularidade do objeto (itens entregues divergentes do

exigido em Edital), conforme cláusula 6.1, "d" da Ata Consolidada, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao Município de Arroio Trinta para emissão do boleto de cobrança;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 2.725,25, em relação à Autorização de Fornecimento nº 113292/2021, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item nº 02 (R\$ 27.252,50), em razão da irregularidade do objeto (itens entregues divergentes do exigido em Edital), conforme cláusula 6.1, "d" da Ata Consolidada, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao Município de Treze Tílias para emissão do boleto de cobrança;

4. Pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R\$ 184,72, em relação à Autorização de Fornecimento nº 120133/2021, no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor total do item nº 01 (R\$ 1.847,20), em razão da irregularidade do objeto (itens entregues divergentes do exigido em Edital), conforme cláusula 6.1, "d" da Ata Consolidada, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo ao Município de Lindóia do Sul para emissão do boleto de cobrança;

5. Pela aplicação cumulativa da penalidade de suspensão temporária pelo período de 06 (seis) meses de participação em licitação e impedimento de contratação com o CINCATARINA e seus municípios consorciados, nos termos do art. 87, III da Lei Federal nº 8.666/93, item 18.6.1, alínea "b", do Edital e Cláusula Sexta, item 6.1, alínea "b", da Ata de Registro de Preço consolidada;

6. Pelo encaminhamento do presente processo à controladoria interna do CINCATARINA, bem como da comunicação da Decisão Administrativa ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina – TCE/SC;

7. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 27 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 73/2022-E

Publicação Nº 4187293

Processo Administrativo Eletrônico:	73/2022-e
Interessado:	LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a solicitação de CANCELAMENTO da Autorização de Fornecimento nº 107162/2021, formulada pelo Município de Papanduva/SC, pertencente à empresa fornecedora LICIMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS, CORRELATOS E PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA. Diante da necessidade de haver consenso da Licitante, esta foi consultada e se manifestou de modo favorável ao cancelamento.

A rescisão, nesses casos, é considerada amigável, visto que é fruto de acordo entre as partes, não havendo, portanto, aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 79 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), in verbis:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Pelo exposto, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão amigável da Autorização de Fornecimento nº 107162/2021, a pedido da municipalidade, sem aplicação de sanções administrativas.

Intime-se. Cumpra-se.

Após, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 19 de janeiro de 2022.  
ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 76/2022-E

Publicação Nº 4187318

Processo Administrativo Eletrônico:	76/2022-e
Interessado:	LUCIANO PILATTI
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 57
Referência	PAL nº 8001/2021, PE nº 0043/2021, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

#### ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

##### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa LUCIANO PILATTI, que versa sobre o cancelamento do item nº 57, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 13 de janeiro de 2022, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou diversos fatores que fundamentam a solicitação, como por exemplo, o alastramento e a persistência dos casos de COVID-19, a escassez de insumos para fabricação de produtos, o aumento do preço de combustível, fretes, dentre outros.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 04 (quatro) Autorizações de Fornecimento em aberto, sem capacidade de atendimento.

É o relatório. Passamos à análise.

##### II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

#### 20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumprir destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação

Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;

g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);

h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;

II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)

[...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

III - judicial, nos termos da legislação;

[...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do produto é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado eventual atraso na entrega por parte do fornecedor, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço em razão da inexecução contratual:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada



sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;

b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa LUCIANO PILATTI, no Processo Administrativo Licitatório nº 8001/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0043/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 57, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 522/2022, 2068/2022, 3438/2022 e 3462/2022, somente no que tange ao item nº 57, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 522/2022, 2068/2022, 3438/2022 e 3462/2022, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (13/01/2022), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 18 de janeiro de 2022.

André Luiz de Oliveira

Diretor Jurídico

OAB/SC 22.311

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	76/2022-e
Interessado:	LUCIANO PILATTI
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 57
Referência	PAL nº 8001/2021, PE nº 0043/2021, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 57 do PAL nº 8001/2021, PE nº 0043/2021, requerido pela empresa LUCIANO PILATTI.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa LUCIANO PILATTI, no Processo Administrativo Licitatório nº 8001/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0043/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 57, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 522/2022, 2068/2022, 3438/2022 e 3462/2022, somente no que tange ao item nº 57, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 522/2022, 2068/2022, 3438/2022 e 3462/2022, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (13/01/2022), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada

na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 18 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 78/2022-E

Publicação Nº 4187342

Processo Administrativo Eletrônico:	78/2022-e
Interessado:	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 91
Referência	PAL nº 15018/2021, PE nº 0070/2021, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, que versa sobre o pedido de troca de marca do item nº 91 e, caso a nova marca não fosse aceita, cancelamento do registro de preço do item, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 11 de janeiro de 2022, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de troca de marca do item nº 91. A marca ofertada é Jandaia, entretanto, a empresa afirmou que a fábrica estava com a venda do produto suspensa e sem previsão de retorno, da forma que houve solicitação de troca para a marca Panamericana.

A equipe técnica, em análise ao pedido efetuado, não autorizou a troca de marca do produto, visto que a nova marca ofertada (Panamericana) não possui certificação ambiental “FSC”.

Nesse sentido, considerando o indeferimento do pedido de troca de marca, a empresa solicitou o cancelamento do item. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 02 (duas) Autorizações de Fornecimento em aberto, sem capacidade de atendimento.

É o relatório. Passamos à análise.

#### II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

#### 20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumpramos destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc

(futuro).  
Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.  
As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
  - II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)
- [...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
  - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
  - III - judicial, nos termos da legislação;
- [...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do produto é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado eventual atraso na entrega das Autorizações de Fornecimento, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

#### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 15018/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0070/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 91, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 669/2022, 1348/2022, 1945/2022 e 1982/2022, somente no que tange ao item nº 91, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 669/2022, 1348/2022, 1945/2022 e 1982/2022, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (11/01/2022), não vencida ou se vencida o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 19 de janeiro de 2022.

André Luiz de Oliveira

Diretor Jurídico

OAB/SC 22.311

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	78/2022-e
Interessado:	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 91
Referência	PAL nº 15018/2021, PE nº 0070/2021, Registro de Preço

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 91 do PAL nº 15018/2021, PE nº 0070/2021, requerido pela empresa ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 15018/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0070/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 91, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 669/2022, 1348/2022, 1945/2022 e 1982/2022, somente no que tange ao item nº 91, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 669/2022, 1348/2022, 1945/2022 e 1982/2022, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (11/01/2022), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 19 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 79/2022-E

Publicação Nº 4187347

Processo Administrativo Eletrônico:	79/2022-e
Interessado:	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 133
Referência	PAL nº 15018/2021, PE nº 0070/2021, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, que versa sobre o cancelamento do item nº 133, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 14 de janeiro de 2022, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que houve erro de digitação no momento da disputa.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que não há Autorizações de Fornecimento em aberto.

É o relatório. Passamos à análise.

#### II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilização do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

#### 20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou



II - a pedido do fornecedor.  
(grifo nosso)

Cumpra-se destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)
- [...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação;
- [...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do item é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]  
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificado o atraso da entrega por parte do fornecedor que gere transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, imputa-se as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

No caso em comento, a empresa se antecipou na verificação do problema e logo formulou pedido de cancelamento, não havendo Autorizações de Fornecimento em aberto. Basta, portanto, promover o cancelamento do registro, liberando o fornecedor do compromisso, bem como proceder as buscas no cadastro de reserva de fornecedores.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

#### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 15018/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0070/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 133, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 21 de janeiro de 2022.

André Luiz de Oliveira  
Diretor Jurídico  
OAB/SC 22.311

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	79/2022-e
Interessado:	SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME

Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 133
Referência	PAL nº 15018/2021, PE nº 0070/2021, Registro de Preço

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 133 do PAL nº 15018/2021, PE nº 0070/2021, requerido pela empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa SK MATERIAIS PARA ESCRITÓRIO EIRELI ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 15018/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0070/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 133, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 21 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 82/2022-E**

Publicação Nº 4187694

Processo Administrativo Eletrônico:	82/2022-e
Interessado:	DISFRIO DISTRIBUIDORA DE AR CONDICIONADO E PEÇAS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 7986/2021, PE 0038/2021

**PARECER JURÍDICO**

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa DISFRIO DISTRIBUIDORA DE AR CONDICIONADO E PEÇAS LTDA, referente à Autorização de Fornecimento nº 99706/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total da Autorização de Fornecimento supracitada ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual.

A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogação do prazo de entrega, entretanto, o prazo solicitado já expirou, restando a análise prejudicada.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

**II – Fundamentação**

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa DISFRIO DISTRIBUIDORA DE AR CONDICIONADO E PEÇAS LTDA, descumpriu o prazo de 30 (trinta) dias para entrega dos itens nº 08, 09 e 10.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.



3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficar sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATA-RINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, faz-se importante ressaltar que já houve perda de objeto, visto que o prazo solicitado já expirou. Salienta-se que para fins de concessão de prorrogação do prazo de entrega, considera-se como termo inicial a data do pedido e não a data da concessão.

É a fundamentação. Passo à análise.

#### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa DISFRIO DISTRIBUIDORA DE AR CONDICIONADO E PEÇAS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 7986/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0038/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 08, 09 e 10, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 99706/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 99706/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 18 de janeiro de 2022.

André Luiz de Oliveira  
Diretor Jurídico  
OAB/SC 22.311

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	82/2022-e
Interessado:	DISFRIO DISTRIBUIDORA DE AR CONDICIONADO E PEÇAS LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 7986/2021, PE 0038/2021

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente da Autorização de Fornecimento nº 99706/2021, do PAL nº 7986/2021, PE 0038/2021, em face da empresa DISFRIO DISTRIBUIDORA DE AR CONDICIONADO E PEÇAS LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pelo cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 08, 09 e 10, rescisão da Autorização de Fornecimento não atendida e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0038/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa DISFRIO DISTRIBUIDORA DE AR CONDICIONADO E PEÇAS LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 7986/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0038/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 08, 09 e 10, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 99706/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação à Autorização de Fornecimento nº 99706/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 19 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	82/2022-e
Interessado:	DISFRIO DISTRIBUIDORA DE AR CONDICIONADO E PEÇAS LTDA
Assunto:	Inexecução de contrato
Referência:	PAL 8001/2021, PE 0043/2021, Registro de Preço

#### DECISÃO ADMINISTRATIVA

Trata-se da análise conjunta de recursos apresentados nos processos em epígrafe, em face de decisão administrativa prolatada que determinou o cancelamento do registro de preço no PAL 8001/2021, PE nº 0043/2021, referente ao item 08, 09 e 10, rescisão da AF nº 99706/2021 e aplicação da penalidade de multa.

A empresa fornecedora inconformada com a decisão, apresentou recurso nos termos estabelecidos pelo art. 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93. Em suas razões recursais apresentou fatos aptos a modificar a decisão anterior.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de atender o interesse público e através de despacho, opinou pela revisão da Decisão Administrativa para manter o registro de preço da empresa nos itens retro indicados, manter a entrega da Autorização de Fornecimento e excluir a penalidade pecuniária aplicada.

Diante do exposto, considerando as razões apresentadas no Recurso Administrativo interposto e Despacho oriundo da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Pelo recebimento e conhecimento do recurso interposto, eis que cumpridos os requisitos de admissibilidade;

2. No mérito, DAR PROVIMENTO ao recurso administrativo interposto para o fim de:

2.1. Manter o registro de preços da empresa DISFRIO DISTRIBUIDORA DE AR-CONDICIONADO E PEÇAS LTDA, no PAL 8001/2021, PE 0043/2021, no que tange aos itens nº 08, 09 e 10;

2.2. Manter a entrega da Autorização de Fornecimento nº 99706/2021 sem aplicação de penalidade;

2.3. Advertir a empresa para que se atente que todas as tratativas devem ser encaminhadas ao Órgão Gestor da Ata de Registro de Preço sob pena de nulidade e devem ser cumpridas dentro do prazo previsto no edital.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão. Cumpra-se.

Florianópolis (SC), 25 de janeiro de 2.022.

ELÓI RÖNNAU

Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 84/2022-E

Publicação Nº 4187788

Processo Administrativo Eletrônico:	84/2022-e
Interessado:	MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0293/2021, PE 0010/2021, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME, referente às Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuassem a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogações do prazo de entrega.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

#### II – Fundamentação

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega dos itens nº 563 e 709.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, verifica-se que tal prazo se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual.

É a fundamentação. Passo à análise.

#### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Que a empresa MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2022;

2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0293/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0010/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 563 e 709, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 19 de janeiro de 2022.

André Luiz de Oliveira  
Diretor Jurídico  
OAB/SC 22.311

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº

14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	84/2022-e
Interessado:	MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0293/2021, PE 0010/2021, Registro de Preço

## DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021, do PAL nº 0293/2021, PE 0010/2021, em face da empresa MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 31 de janeiro de 2022 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação aos itens nº 563 e 709, a rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0010/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2022;
2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021;
4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa MEDPOA COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA-ME, no Processo Administrativo Licitatório nº 0293/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0010/2021, Registro de Preço, referente aos itens nº 563 e 709, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 107313/2021, 114344/2021 e 116353/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 19 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020



**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 85/2022-E**

Publicação Nº 4187812

Processo Administrativo Eletrônico:	85/2022-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0293/2021, PE 0010/2021, Registro de Preço

**PARECER JURÍDICO**

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO - CONTRATOS. INEXECUÇÃO CONTRATUAL - APLICAÇÃO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA - LEI 8.666/93 - LEI 10.520/02 - APLICABILIDADE - CONCLUSÃO.

**I – Relatório**

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado para apurar a inexecução do contrato pela empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, referente às Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021.

Através de Notificações Administrativas, o Órgão Gerenciador - CINCATARINA solicitou à empresa que efetuasse a execução total das Autorizações de Fornecimento supracitadas ou comprovasse formalmente as razões que motivaram o inadimplemento contratual. A empresa, em suas manifestações, sinalizou a incapacidade de atendimento no prazo previsto e solicitou prorrogações do prazo de entrega.

Em suma é o Relatório. Passo à análise.

**II – Fundamentação**

Verifica-se que estamos diante de um fato de inexecução de contrato em que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, descumpriu o prazo de 15 (quinze) dias para entrega do item nº 66.

Sabe-se que as obrigações do fornecedor devem ser adimplidas de acordo com os termos dispostos na Ata de Registro de Preço, sendo eles:

**CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ENTREGAS/EXECUÇÃO**

3.1 – O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços - SRP deverá ser realizado no prazo de validade da ata de registro de preços.

3.1.1 – A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade do Órgão Participante.

3.1.2 – A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante por intermédio de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

3.1.3 – Os itens contratados deverão ser entregues no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da autorização de fornecimento, que será enviada por meio eletrônico.

3.1.4 – O Fornecedor deverá entregar os itens constantes da autorização no local indicado pelo Órgão participante, com a respectiva Nota Fiscal Eletrônica e enviar o arquivo XML para o e-mail indicado nas Autorizações de Fornecimento.

3.2 – Todas as despesas relacionadas com as entregas em cada Órgão participante correrão por conta do Fornecedor.

3.2.1 - Ficará sob total responsabilidade das proponentes vencedoras, realizar o transporte adequado e manter em perfeitas condições de armazenamento todos os materiais a serem entregues, garantindo a sua total eficiência e qualidade.

3.3 – A data de validade ou a garantia dos produtos a serem entregues não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega dos mesmos. (grifo nosso)

O cancelamento do Registro de Preços está previsto nos itens 20.3 do Edital de Pregão supracitado:

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa (lato sensu), é responsável pela execução do contrato. A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

Deste modo, diante dos fatos e nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de: [...]

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; (grifo nosso)

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa.

Verificou-se que houve retardamento da entrega por parte do fornecedor, fato este que gerou transtornos ao contratante, tendo em vista o inadimplemento das obrigações assumidas. Vale ressaltar que o fornecedor foi alertado do atraso através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIN. Dessa forma, incorre o fornecedor nas sanções previstas na cláusula sexta da respectiva Ata de Registro de Preço. Observa-se:

**CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

a) Advertência

b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA,



bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.

c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;

d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;

e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação. (grifo nosso)

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos à Administração Pública, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto, deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Quanto ao pedido de prorrogação do prazo de entrega, verifica-se que tal prazo se mostra compatível com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade, podendo ser concedido sem que haja violação ao interesse público.

Outrossim, deve a empresa ficar ciente de que o novo descumprimento da obrigação na data concedida ensejará o cancelamento do registro de preço dos itens bem como aplicação das sanções administrativas pertinentes, em razão da configuração da inexecução contratual. É a fundamentação. Passo à análise.

### III – Conclusão

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital e da Ata de Registro de Preços, opino:

1. Que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2022;

2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;

3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021;

4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:

5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0293/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0010/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 66, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;

6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 19 de janeiro de 2022.

André Luiz de Oliveira  
Diretor Jurídico  
OAB/SC 22.311

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	85/2022-e
Interessado:	ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto:	Inexecução de Contrato
Referência:	PAL 0293/2021, PE 0010/2021, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico tem como objeto a verificação da inexecução contratual decorrente das Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021, do PAL nº 0293/2021, PE 0010/2021, em face da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA.

Consta dos autos Notificação para cumprimento de obrigação, bem como abertura de prazo para Defesa Prévia e comprovação das razões que motivaram o inadimplemento contratual, garantindo contraditório e ampla defesa.

A Diretoria Jurídica, com o objetivo precípuo de melhor atender o interesse público, opinou pela concessão da prorrogação do prazo de entrega para a data limite de 31 de janeiro de 2022 e, em caso de não atendimento na data concedida, o cancelamento do registro de preço do fornecedor em relação ao item nº 66, a rescisão das Autorizações de Fornecimento não atendidas e aplicação de multa em razão da inexecução contratual, nos termos da legislação em vigor.

Assim, considerando as disposições previstas no art. 87, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, Edital de Pregão Eletrônico 0010/2021, na cláusula sexta, "6.1", "e", da Ata de Registro de Preço acima, e parecer da Diretoria Jurídica, passo a DECIDIR:

1. Que a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA fique ADVERTIDA para que realize o adimplemento de sua obrigação, isto é, o atendimento integral das Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021, IMPRETERIVELMENTE ATÉ O DIA 31 DE JANEIRO DE 2022;
2. A aceitação do recebimento dos itens pelo Órgão Gerenciador não se configura como novo prazo;
3. A empresa está incorrendo em infração pela inexecução contratual, no entanto, foi oportunizado, de modo alternativo, o adimplemento de sua obrigação, ou seja, o atendimento em atraso das Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021;
4. Caso a empresa não observe a data limite estabelecida nos itens anteriores, caberá ao CINCATARINA a aplicação das penalidades e sanções administrativas previstas no Edital, sendo elas:
5. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 0293/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0010/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 66, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
6. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021, salvo se já rescindida em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
7. Pela aplicação da penalidade de MULTA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 113345/2021, 115423/2021 e 115501/2021, nos termos e percentuais descritos no quadro demonstrativo da aplicação de multa em anexo, encaminhando-se cópia do presente processo administrativo aos municípios respectivos para emissão do boleto de cobrança, salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação às Autorizações de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
8. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 19 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 86/2022-E

Publicação Nº 4187814

Processo Administrativo Eletrônico:	86/2022-e
Interessados:	AUTO MECÂNICA GERAL LTDA; BELLENZIER PNEUS LTDA; COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LM LTDA; HOSPI-TRONICA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA; MULTIFARMA COMÉRCIO E REPRESENTA-ÇÕES LTDA; PONTAMED FARMACEUTICA LTDA; RK2 PNEUS EIRELI; R.S. IMPORTS EIRELI
Assunto	Solicitação de Cancelamento
Referência	PAL nº 0200/2021, PE nº 0013/2021, Registro de Preço PAL nº 0293/2021, PE nº 0010/2021, Registro de Preço PAL nº 1171/2021, PE nº 005A/2021, Registro de Preço PAL nº 5665/2021, PE nº 0029/2021, Registro de Preço PAL nº 5673/2021, PE nº 0045/2021, Registro de Preço PAL nº 11814/2021, PE nº 0048/2021, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a solicitação de CANCELAMENTO das Autorizações de Fornecimento nº 70547/2021, 108113/2021, 116434/2021, 118419/2021, 118666/2021, 2201/2022, 2204/2022, 3665/2022, 3906/2022 e 3907/2022, formulada pelos Municípios de Ibirama, Morro da Fumaça, Presidente Getúlio, Pouso Redondo, Rio das Antas e São Ludgero, pertencentes às empresas licitantes em epígrafe. Diante da necessidade de haver consenso das Licitantes, estas foram consultadas e se manifestaram de modo favorável ao cancelamento.

A rescisão, nesses casos, é considerada amigável, visto que é fruto de acordo entre as partes, não havendo, portanto, aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 79 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), in verbis:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Pelo exposto, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão amigável das Autorizações de Fornecimento nº 70547/2021, 108113/2021, 116434/2021, 118419/2021, 118666/2021, 2201/2022, 2204/2022, 3665/2022, 3906/2022 e 3907/2022, a pedido da municipalidade, sem aplicação de sanções administrativas.

Intime-se. Cumpra-se.  
Após, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 21 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 94/2022-E

Publicação Nº 4188456

Processo Administrativo Eletrônico:	94/2022-e
Interessado:	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 83
Referência	PAL nº 15018/2021, PE nº 0070/2021, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, que versa sobre o cancelamento do item nº 83, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 13 de janeiro de 2022, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou que ao passar o pedido para a fábrica “Jandaia”, foram informados de que o produto estava com a venda suspensa e sem previsão de retorno. Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 05 (cinco) Autorizações de Fornecimento em aberto, sem capacidade de atendimento. É o relatório. Passamos à análise.

#### II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilidade do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

#### 20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)

Cumpramos destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

**CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR**

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
- II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)
- [...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
- II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
- III - judicial, nos termos da legislação;
- [...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do produto é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

- [...]
- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada à ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

- [...]
- II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

**CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

**III – Conclusão**

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 15018/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0070/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 83, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 1945/2022, 2004/2022, 4483/2022, 4782/2022 e 5003/2022, somente no que tange ao item nº 83, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 1945/2022, 2004/2022, 4483/2022, 4782/2022 e 5003/2022, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (13/01/2022), não vencida ou se vencida o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 26 de janeiro de 2022.

Dagmar José Belotto  
Analista Técnico IV - Advogado  
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	94/2022-e
Interessado:	ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 83
Referência	PAL nº 15018/2021, PE nº 0070/2021, Registro de Preço

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 83 do PAL nº 15018/2021, PE nº 0070/2021, requerido pela empresa ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa ELF SUPRIMENTOS PARA ESCRITÓRIO LTDA, no Processo Administrativo Licitatório nº 15018/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0070/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 83, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;



2. Pela rescisão das Autorizações de Fornecimento nº 1945/2022, 2004/2022, 4483/2022, 4782/2022 e 5003/2022, somente no que tange ao item nº 83, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação às Autorizações de Fornecimento nº 1945/2022, 2004/2022, 4483/2022, 4782/2022 e 5003/2022, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (13/01/2022), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;

4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 26 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 96/2022-E

Publicação Nº 4188465

Processo Administrativo Eletrônico:	96/2022-e
Interessado:	LUCIANO PILATTI
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 280
Referência	PAL nº 5665/2021, PE nº 0029/2021, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS - CANCELAMENTO DO REGISTRO - APLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante requerimento da empresa LUCIANO PILATTI, que versa sobre o cancelamento do item nº 280, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em 18 de janeiro de 2022, o CINCATARINA recebeu da empresa pedido de cancelamento dos itens. Nas razões, a empresa alegou diversos fatores que fundamentam a solicitação, como por exemplo, o alastramento e a persistência dos casos de COVID-19, a escassez de insumos para fabricação de produtos, o aumento do preço de combustível, fretes, dentre outros.

Nesse sentido, solicitou o cancelamento do item, justificando seu pedido nos termos acima expostos. Em consulta ao sistema L-CIN, verifica-se que há 01 (uma) Autorização de Fornecimento em aberto, sem capacidade de atendimento.

É o relatório. Passamos à análise.

#### II – Fundamentação

O pedido de cancelamento do registro de preço realizado pelo fornecedor deve observar alguns procedimentos, sendo eles: a apresentação de justificativa e comprovação da ocorrência de fato superveniente e/ou caso fortuito ou força maior, no qual demonstre a inviabilização do seu fornecimento e ser formulado antes da expedição de autorização de fornecimento.

As cláusulas estabelecidas pelas atas de registro de preço trazem obrigações ao Fornecedor e ao Órgão Participante. Deste modo, cada item previamente estabelecido deve ser cumprido em todo o tempo da execução e validade da ata.

Neste tocante, o amparo legal para subsidiar o cancelamento do registro de preço está previsto no art. 30, da Resolução nº 0022, de 13 de março de 2020, bem como no próprio Edital, in verbis:

#### 20 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

[...]

20.3 – O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

(grifo nosso)



Cumprir destacar que com a expedição e recebimento das Autorizações de Fornecimento está formalizado o contrato administrativo, restando para ambas as partes (Contratante e Contratada) o dever de cumprir com o pactuado, respeitando os princípios contratuais envolvidos a matéria, em específico os princípios da probidade e da boa-fé, conforme regra do art. 422 do Código Civil, aplicável também aos contratos públicos.

No entanto, caso haja contratos (Autorizações de Fornecimento) já encaminhados ao fornecedor o mesmo deverá ser adimplido, podendo haver para o seu fiel cumprimento medidas paliativas, como a troca de marca que deverá ser precedida de aprovação pelo Órgão Gerenciador.

Entretanto, caso não seja realizado a medida paliativa o fornecedor estará sujeito a imputação de multa compensatória frente ao dano ocasionado, nos termos previstos no Edital que varia de 0,5% a 15% sob o valor do inadimplemento.

Os efeitos do cancelamento de registro de preço não irão retroagir aos contratos (AF) já encaminhados, ou seja, possui efeitos ex nunc (futuro).

Importa destacar que o fornecedor, independentemente da existência de culpa, é responsável pela execução dos contratos (Autorização de Fornecimento). A responsabilidade contratual envolve a aplicação de sanção às violações de convenções havidas em sede de relações privadas, emanadas das partes que a elas se tornam submissas.

As obrigações da empresa devem ser cumpridas de acordo com os termos dispostos no Edital e na Ata Consolidada o contrato, sendo eles:

#### CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

5.1 – Será de responsabilidade do Fornecedor cumprir todas as obrigações constantes nesta ata, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- a) fornecer o objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas;
- b) fornecer o objeto desta licitação, na forma, nos locais, nos prazos e nos preços estipulados na sua proposta;
- c) prestar garantia pelo período solicitado em cada item conforme sua exigência;
- d) responsabilizar-se por todas as despesas oriundas das entregas, bem como de suas eventuais trocas durante a garantia;
- e) enviar por e-mail o arquivo XML oriundo da emissão do DANFE para os endereços eletrônicos de cada Órgão Participante;
- f) lançar o atendimento para cada autorização de fornecimento, e inclusão da nota fiscal, no Sistema de Controle de Execução de Licitação Compartilhada do CINCATARINA(L-CIN), "on line", disponibilizado pelo CINCATARINA;
- g) manter as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e comprovar a regularidade fiscal e trabalhista junto ao Órgão Gerenciador através do Sistema (L-CIN);
- h) acusar o recebimento das Autorizações de Fornecimento, bem como de qualquer outra notificação enviadas por meio eletrônico, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas. Se o prazo final deste item recair em final de semana ou feriado, será prorrogado ao próximo dia útil."

Tendo em vista a configuração de inexecução contratual por parte da empresa, compete a Administração Pública aplicar as penalidades e sanções estabelecidas em contrato e na Lei geral de licitações.

Com base na Lei Geral de Licitações art. 78, da Lei Federal nº 8.666/93, podemos extrair:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato:

- I - o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos;
  - II - o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; (grifo nosso)
- [...]

Por sua vez, prevê o artigo 79, da Lei Federal nº 8.666/93:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

- I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior;
  - II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;
  - III - judicial, nos termos da legislação;
- [...]

Todavia, não há como se afastar da norma contida no art. 393 do Código Civil, que dispõe:

Art. 393. O devedor não responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior, se expressamente não se houver por eles responsabilizado.

Parágrafo único. O caso fortuito ou de força maior verifica-se no fato necessário, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

No presente caso, vislumbra-se que a Licitante comprovou que a falta do produto é alheia a sua vontade, logo, em tese, não haveria como imputar responsabilidade a esta, pois não há culpa no seu agir.

Todavia, pela teoria do dever de mitigar o dano (Duty to mitigate the loss), deveria o devedor evitar o agravamento da situação, ou seja, tão logo tivesse tomado conhecimento da impossibilidade de fornecimento, deveria ter solicitado o cancelamento, evitando que todos os municípios solicitantes aguardassem o fornecimento do item.

Quando se trata de uma inexecução ou inadimplemento contratual a empresa sujeita-se a aplicação de ato sancionatório, nos termos apresentados pelo art. 58 da Lei Federal nº 8.666/93, a empresa é passível de ato sancionatório, in verbis:

Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

[...]

- IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

Segundo a doutrina administrativa, a Administração Pública não pode deixar de aplicar a punição, desde que identificada a ocorrência de infração administrativa. Nesse caso existe um dever de sancionar, não havendo, a princípio, margem de discricionariedade, uma vez que

não houve justificativa plausível para o atraso, ensejando os termos da Lei Federal 8.666/1993:

Art. 86. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato. (grifo nosso)

Entretanto, cumpre enfatizar que, no exercício do mister sancionatório, a Administração deve observar o panorama constitucional, respeitando-se a legalidade estrita, a tipicidade, o devido processo legal, a proporcionalidade e a razoabilidade.

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

[...]  
II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; (grifo nosso)

Verificou-se que, houve atraso da entrega por parte do fornecedor gerando transtornos ao contratante pelo inadimplemento das obrigações assumidas, mesmo sendo alertado através de avisos emitidos pelo Sistema L-CIM do atraso, imputando as sanções previstas na cláusula sexta da Ata de Registro de Preço:

#### CLÁUSULA SEXTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

6.1 - Nas hipóteses de inexecução total ou parcial do contrato, poderá o Órgão Gerenciador aplicar ao fornecedor em relação as contratações do Órgão Participantes as seguintes sanções:

- a) Advertência
- b) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Consórcio Interfederativo Santa Catarina - CINCATARINA, bem como com qualquer um dos municípios consorciados, por prazo não superior a 02 (dois) anos.
- c) Por atraso superior a 5 (cinco) dias da entrega do objeto, fica o (s) FORNECEDOR (ES) sujeito a multa de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor total do contrato a ser calculado desde o 6º (sexto) dia de atraso até o efetivo cumprimento da obrigação limitado a 30 (trinta) dias;
- d) Em caso de inexecução parcial ou de qualquer outra irregularidade do objeto poderá ser aplicada multa de 10% (dez por cento) calculada sobre o valor do contrato;
- e) Transcorridos 30 (trinta) dias do prazo de entrega estabelecido no contrato, será considerado rescindido o Contrato, cancelado o Registro de Preços e aplicado a multa de 15% (quinze por cento) por inexecução total, calculada sobre o valor da contratação.

Importa ressaltar que a ocorrência de infrações que causem danos ou prejuízos a Administração, impõe sanção mais elevada a ser aplicada, portanto deverá cumprir seu compromisso dentro do prazo estabelecido.

Assim, a Administração Pública não deve se isentar de aplicar sanções administrativas a empresa de acordo com o princípio da legalidade, havendo assim o caráter "pedagógico" da penalidade.

É a fundamentação jurídica. Passo à conclusão.

#### III – Conclusão

Por fim, o presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento até mesmo pelo fato da existência de divergência quanto a interpretação da norma disciplinadora do tema. Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços, não vejo óbice quando a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

- a) Apresentação de justificativa do pedido de cancelamento;
- b) Comprovação da ocorrência de fato superveniente em decorrência de caso fortuito ou força maior.

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa LUCIANO PILATTI, no Processo Administrativo Licitatório nº 5665/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0029/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 280, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
  2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 121509/2021, somente no que tange ao item nº 280, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
  3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 121509/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (18/01/2022), não vencida ou se vencida o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
  4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.
- É o Parecer.

Florianópolis (SC), 26 de janeiro de 2022.

Dagmar José Belotto  
Analista Técnico IV - Advogado  
OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	96/2022-e
Interessado:	LUCIANO PILATTI
Assunto	Solicitação de Cancelamento – Item nº 280
Referência	PAL nº 5665/2021, PE nº 0029/2021, Registro de Preço

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto o cancelamento de registro de preço do item nº 280 do PAL nº 5665/2021, PE nº 0029/2021, requerido pela empresa LUCIANO PILATTI.

Consta parecer jurídico oriundo Diretoria Jurídica, manifestando favoravelmente a concessão do pedido, o qual acato como razões e fundamentos passo a DECIDIR:

1. Pelo cancelamento do Registro de Preço da empresa LUCIANO PILATTI, no Processo Administrativo Licitatório nº 5665/2021, Pregão, na forma Eletrônica, nº 0029/2021, Registro de Preço, referente ao item nº 280, salvo se já cancelado em processo administrativo anterior;
2. Pela rescisão da Autorização de Fornecimento nº 121509/2021, somente no que tange ao item nº 280, podendo a rescisão ser total ou parcial, a depender do caso, salvo se já rescindidas em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
3. Pela aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA em relação à Autorização de Fornecimento nº 121509/2021, visto que, considerando a data do pedido de cancelamento (18/01/2022), não vencidas ou se vencidas o prazo não ultrapassa cinco dias para incidência da multa pecuniária ou, ainda, caso incidente a multa pecuniária, o cálculo desta não ultrapassa o montante de R\$ 20,00 (vinte reais), salvo se já aplicada penalidade administrativa em relação à Autorização de Fornecimento em processo administrativo anterior, evitando-se, assim, eventual bis in idem;
4. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para interposição de recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, cujo termo inicial é a data de ciência da presente decisão. Tal recurso será aceito mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizada na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso, também, poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal (intempestivos) e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão reconhecidos.

Intime-se. Cumpra-se

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 26 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 97/2022-E**

Publicação Nº 4188472

Processo Administrativo Eletrônico:	97/2022-e
Interessado:	DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA; HOSPITRONICA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Assunto	Solicitação de Cancelamento
Referência	PAL nº 11814/2021, PE nº 0048/2021, Registro de Preço

**DECISÃO ADMINISTRATIVA**

O presente Procedimento Administrativo Eletrônico tem como objeto a solicitação de CANCELAMENTO das Autorizações de Fornecimento nº 108113/2021 e 111242/2021, formulada pelo Município de Morro da Fumaça/SC, pertencentes às empresas fornecedoras HOSPITRONICA - COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR LTDA e DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA, respectivamente. Diante da necessidade de haver consenso das Licitantes, estas foram consultadas e se manifestaram de modo favorável ao cancelamento. A rescisão, nesses casos, é considerada amigável, visto que é fruto de acordo entre as partes, não havendo, portanto, aplicação de penalidades administrativas, nos termos do art. 79 da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), in verbis:

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser:

II – amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

Pelo exposto, passo a DECIDIR:

1. Pela rescisão amigável das Autorizações de Fornecimento nº 108113/2021 e 111242/2021, a pedido da municipalidade, sem aplicação de sanções administrativas.

Intime-se. Cumpra-se.  
Após, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 19 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 99/2022-E

Publicação Nº 4188477

Processo Administrativo Eletrônico:	99/2022-e
Interessado:	NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 16
Referência	PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço

### PARECER JURÍDICO

ADMINISTRATIVO - LICITAÇÃO – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO – CONTRATOS ADMINISTRATIVOS – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO – INAPLICABILIDADE – CONCLUSÃO.

#### I – Relatório

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 16, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Em sua solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, a empresa fornecedora alegou que por motivos alheios a sua vontade, houve aumento no custo do produto, sendo necessária a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro.

Solicita, dessa forma, o realinhamento do preço contratado em relação ao item nº 16, com fulcro no art. 65, inciso III, alínea “d” da Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos), a fim de reestabelecer o equilíbrio contratual pactuado inicialmente. Disponibilizou notas fiscais, a fim de comprovar a variação dos valores e, nesses termos, justificou seu pedido.

Entretanto, apesar de ter havido a comprovação do desequilíbrio contratual, o valor supera em muito o valor registrado atualmente, da forma que equipe técnica do CINCATARINA recomendou o indeferimento do pedido e a realização de nova licitação para a obtenção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, evitando, assim, possível/eventual prejuízo ao erário dos Órgãos Participantes.

É o relatório. Passamos à análise.

#### II – Fundamentação

Diante das argumentações e documentações juntadas aos autos, passamos a análise jurídica do pedido. Preliminarmente devemos observar que uma das características do contrato público é a chamada regra da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, que se encontra preconizada na Carta Magna Brasileira segundo a dicção do art. 37, inciso XXI, in verbis:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

[...]

XXI - Ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. (grifo nosso)

Este dispositivo busca dar segurança ao particular sobre riscos econômicos que possam ocorrer por conta das oscilações das bases econômicas do contrato, permitindo que o ajuste prossiga ao longo da relação, quando devidamente comprovado.

Como bem salienta Marçal Justen Filho, quanto ao tema:

A tutela ao equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos destina-se a beneficiar precipuamente a própria administração. Se os particulares tivessem de arcar com as consequências de todos os eventos danosos possíveis, teriam de formular propostas mais onerosas. A administração arcaria com os custos correspondentes a eventos meramente possíveis – mesmo quando incorressem, o particular seria remunerado por seus efeitos meramente potenciais. É muito mais vantajoso convidar os interessados a formular a menor proposta possível: aquela que poderá ser executada se não se verificar qualquer evento prejudicial ou oneroso posterior. Concomitantemente, assegura-se ao particular que, se vier a ocorrer um infortúnio o acréscimo de encargos será arcado pela administração. Em vez de arcar sempre com o custo de eventos meramente potenciais, a administração apenas responderá por eles se e quando efetivamente ocorrerem. (grifo nosso)

Bem, por esta razão é que o mesmo autor acentua (op cit. p.522):

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão do ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendam condicionar a concessão de reajuste de preços, recomposição de preços, correção monetária a uma

previsão no ato convocatório ou no contrato.

Fica claro, portanto, que a equação financeira do contrato pela sua radicação constitucional independe para manutenção do seu equilíbrio de qualquer previsão legal ou contratual.

Outrossim, ressaltar o estabelecimento prévio de regras procedimentais para recomposição do mencionado equilíbrio, visto que tão somente o caso concreto poderá ditar os caminhos pertinentes ao realinhamento às bases originais. A afetação financeira do contrato pode se dar por uma gama variada de motivos, sendo impossível de se prever um caminho único para solucionar os incidentes de percurso que possam ocorrer. A Lei Geral de Licitações, Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, estabelece em seu art. 65, as circunstâncias quando a alteração contratual, em especial ao reequilíbrio, sendo ele:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual. (grifo nosso)

Com esse raciocínio atingimos facilmente a conclusão de que os chamados mecanismos revisionais não só podem, mas devem ser estabelecidos posteriormente a licitação, sob pena de se perder a perspectiva da exata compreensão da relação causa/efeito, que só poderá ser compreendida em contemporaneidade com o evento que dará margem aplicação da norma.

No entanto, a possibilidade de concessão do reequilíbrio está condicionada a comprovação por parte do fornecedor e posterior análise pela equipe técnica do CINCATARINA. No caso em comento, verificou-se, através de despacho emitido pela equipe técnica do CINCATARINA, que a empresa fornecedora comprovou o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, conforme exposto no relatório supra.

Entretanto, observa-se que o valor supera em muito o valor registrado para o item nº 16, da forma que há recomendação de indeferimento do pedido e a realização de novo processo licitatório, com o objetivo da obtenção da proposta mais vantajosa à Administração Pública e a fim de prevenir prejuízos significativos ao erário dos Órgãos Participantes.

Passo à conclusão.

### III – Conclusão

O presente parecer não tem caráter vinculativo nem decisório, devendo ser submetido à apreciação da autoridade superior, sem a obrigatoriedade de acatamento.

Ante ao exposto, nos termos da Lei, do Edital, da Ata de Registro de Preços e da Resolução nº 0022/2020, não vejo óbice quanto a legalidade do processo, observado os requisitos e elementos mínimos na instrução dos procedimentos, sendo elas:

a) Apresentação de justificativa e comprovação do pedido de reequilíbrio econômico-financeiro;

b) Parecer técnico quanto ao pedido;

c) Consulta ao cadastro de fornecedores e valor de mercado;

Posto isso, considerando o acima exposto, passo a OPINAR:

1. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, não concedido em razão do valor solicitado exceder em muito o preço registrado atualmente;

2. Pelo cancelamento do registro de preço da empresa NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI no Processo Administrativo Licitatório (PAL) nº 0285/2021, Pregão Eletrônico (PE) nº 0008/2021, no que tange ao item nº 16;

3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe, entretanto, restando a busca no cadastro de reserva infrutífera, pela realização de novo Processo Licitatório a fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

É o Parecer.

Florianópolis (SC), 26 de janeiro de 2022.

Dagmar José Belotto

Analista Técnico IV - Advogado

OAB/SC 36.491

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

Processo Administrativo Eletrônico:	99/2022-e
Interessado:	NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI
Assunto	Solicitação de Reequilíbrio Econômico-Financeiro do item nº 16
Referência	PAL nº 0285/2021, PE nº 0008/2021, Registro de Preço

### DECISÃO ADMINISTRATIVA

O presente Processo Administrativo Eletrônico foi instaurado mediante a manifestação da empresa NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI, que versa sobre o reequilíbrio econômico-financeiro do item nº 16, referente ao processo administrativo licitatório em epígrafe.

Considerando as disposições previstas na Lei 8.666/93, Edital, Ata de Registro de Preço e Parecer Jurídico fundamentado oriundo da



Diretoria Jurídica, o qual acato como razões e fundamentos, passo a DECIDIR:

1. Pelo Indeferimento do pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro, não concedido em razão do valor solicitado exceder em muito o preço registrado atualmente;
2. Pelo cancelamento do registro de preço da empresa NOELI VIEIRA DISTRIBUIDORA DE SOROS E EQUIPAMENTOS MÉDICOS EIRELI no Processo Administrativo Licitatório (PAL) nº 0285/2021, Pregão Eletrônico (PE) nº 0008/2021, no que tange ao item nº 16;
3. Que proceda a análise e convocação das empresas que compõem o cadastro de reserva de fornecedores, obedecendo a ordem de classificação e que atenda plenamente as especificações editalícias, para, querendo, mediante a formalização de novas Atas, forneça o item em epígrafe, entretanto, restando a busca no cadastro de reserva infrutífera, pela realização de novo Processo Licitatório a fim de obter a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Intime-se a referida empresa acerca desta Decisão, bem como, cientifique-a do prazo de 5 (cinco) dias úteis para recurso previsto no artigo 109, inciso I, alínea "e" e "f" da Lei Federal nº 8.666/93, que será aceito exclusivamente mediante instrumento escrito e protocolizado em horário de expediente da Central Executiva do CINCATARINA, localizado na Rua Nereu Ramos, nº 761, Centro, Município de Fraiburgo, SC, CEP: 89.580-000.

O recurso poderá ser encaminhado pelo correio com aviso de recebimento, ou por meio eletrônico, considerando-se como protocolo a data de postagem ou envio. Os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente não serão conhecidos.

Intime-se. Cumpra-se.

Oportunamente, arquivem-se os autos.

Florianópolis (SC), 26 de janeiro de 2022.

ELÓI RÖNNAU  
Diretor Executivo

Documento original eletrônico assinado digitalmente nos termos do Artigo 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/2001 e Lei Federal nº 14.063/2020

## CIS/AMOSC

### EXTRATOS TERMOS ADITIVOS 2022

Publicação Nº 4186505

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 67/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGENCIA: 14/09/2022 a 31/12/2022

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 78/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUMIRIM

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGENCIA: 15/09/2022 a 31/12/2022

### EXTRATOS TERMOS ADITIVOS 2022

Publicação Nº 4187275

4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 67/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGENCIA: 14/09/2022 a 31/12/2022

6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 78/2021

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUMIRIM

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGENCIA: 15/09/2022 a 31/12/2022



**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 93/2021**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHALZINHO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 300.000,00

VIGENCIA: 16/09/2022 a 31/12/2022

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 65/2021**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BOM JESUS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGENCIA: 16/09/2022 a 31/12/2022

**EXTRATOS TERMOS ADITIVOS 2022**

Publicação Nº 4187584

**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 67/2021**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAXAMBU DO SUL

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGENCIA: 14/09/2022 a 31/12/2022

**6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 78/2021**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE IPUMIRIM

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGENCIA: 15/09/2022 a 31/12/2022

**4º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 93/2021**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE PINHALZINHO

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 300.000,00

VIGENCIA: 16/09/2022 a 31/12/2022

**3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 65/2021**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE BOM JESUS

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGENCIA: 16/09/2022 a 31/12/2022

**6º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE RATEIO Nº 76/2021**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE GUATAMBU

CONTRATADO: CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO OESTE DE SANTA CATARINA

OBJETO: Alteração do valor de repasse referente às despesas dos serviços e materiais especializados em saúde de média e alta complexidade ambulatorial a serem prestados aos municípios do ente federado acima qualificado, em conformidade com as diretrizes do SUS.

VALOR: R\$ 100.000,00

VIGENCIA: 16/09/2022 a 31/12/2022

**CIS/AMURES****RESOLUÇÃO Nº 21/2022 CISAMURES**

Publicação Nº 4186571



Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures  
Rua Nossa Sra. dos Prazeres, 62, Centro  
CEP: 88.502-230, Lages-SC, Fone: (49) 3251-3700  
contato@cisamures.sc.gov.br  
www.cisamures.sc.gov.br

**RESOLUÇÃO Nº 21/2022**

*“Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por conta da anulação de dotação do Orçamento do exercício financeiro de 2022 do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures – CIS/AMURES”.*

**ERLON TANCREDO COSTA**, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures - CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Contrato de Consórcio Público;

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Adicional Suplementar, no valor de **R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais)** para as seguintes dotações orçamentárias:

<b>Órgão: 01 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE</b>		
<b>Unidade: 01.001 CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE</b>		
<b>Projeto/Atividade: 2.001 Manutenção das Atividades do CIS/AMURES</b>		
<b>Dotação</b>	<b>Descrição do Elemento</b>	<b>Valor R\$</b>
(2) 3.3.90.00.00.00.00.01.0080	Aplicações Diretas	40.000,00
<b>TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO</b>		<b>40.000,00</b>

Municípios consorciados CISAMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem.

**Art. 2º** - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior serão utilizados recursos provenientes da **Anulação** parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

<b>Órgão: 01 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE</b>		
<b>Unidade: 01.001 CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE</b>		
<b>Projeto/Atividade: 2.001 Manutenção das Atividades do CIS/AMURES</b>		
<b>Dotação</b>	<b>Descrição do Elemento</b>	<b>Valor R\$</b>
(1) 3.1.90.00.00.00.00.00.01.0080	Aplicações Diretas	40.000,00
<b>TOTAL DA ANULAÇÃO</b>		<b>40.000,00</b>

**Art. 3º** - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, produzindo

efeitos a partir de 15 de setembro de 2022.

Lages/SC, 15 de setembro de 2022.

**ERLON TANCREDO COSTA**

Prefeito de Rio Rufino/SC

Presidente do CIS/AMURES

Municípios consorciados CISAMURES: Abdon Batista; Anita Garibaldi; Bocaina do Sul; Bom Jardim da Serra; Bom Retiro; Campos Novos; Campo Belo do Sul; Capão Alto; Celso Ramos; Cerro Negro; Correia Pinto; Frei Rogério; Lages; Monte Carlo; Otacílio Costa; Painel; Palmeira; Ponte Alta; Ponte Alta do Norte; Rio Rufino; Santa Cecília; São Cristóvão do Sul; São Joaquim; São José do Cerrito; Urubici; Urupema; Vargem.

**RESOLUÇÃO Nº 19/2022 - LOA 2023 CISAMURES**

Publicação Nº 4186569

**RESOLUÇÃO Nº 19 de 12/09/2022**

*Estima a Receita e fixa as Despesas do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures - CIS/AMURES, para o exercício de 2023 e dá outras providências.*

A Reunião do Conselho Consultivo de Prefeitos do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures -CIS/AMURES, realizada no dia 29 de julho de 2022 na sede da AMURES em Lages/SC e a Assembleia Ordinária de Prefeitos, realizada no dia 26 de agosto de 2022 em Bom Jardim da Serra/SC, aprovaram e o Sr. Erlon Tancredo Costa, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures – CIS/AMURES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, RESOLVE:

**Art. 1º** - Fica aprovado o Orçamento Anual do Consorcio Intermunicipal de Saúde da Região da Amures - CIS/AMURES, para o exercício de 2023, estimando a Receita e fixando a Despesa em R\$ 11.863.317,48 (onze milhões, oitocentos e sessenta e três mil, trezentos e dezessete reais e quarenta e oito centavos).

**Art. 2º** - A Receita será realizada com os seguintes desdobramentos:

**Receita**

	DISCRIMINAÇÃO DAS RECEITAS	VALOR (R\$)
<b>1.0.0.0.00.00</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	
1.3.0.0.00.00	Receita Patrimonial	10.000,00
1.6.0.0.00.00	Receita de Serviços	9.158.432,56
1.7.0.0.00.00	Transferências Correntes	2.693.884,92
1.9.0.0.00.00	Outras Receitas Correntes	1.000,00
<b>Total Geral</b>		<b>11.863.317,48</b>

**Art. 3º** - A Receita foi estimada com base nos contratos de Rateio, sendo que os valores foram ajustados conforme as ações previstas para execução do próximo exercício.

CLASSIFICAÇÃO	RECEITA	VALOR (R\$)
<b>1.0.0.0.00.00</b>	<b>RECEITAS CORRENTES</b>	
<b>1.3.0.0.00.00</b>	<b>RECEITA PATRIMONIAL</b>	
<b>1.3.2.1.00.1.1</b>	<b>RECEITA DE VALORES MOBILIÁRIOS</b>	

1.3.2.1.00.1.1.00	Remuneração de Depósitos Bancários -	
1.3.2.1.00.1.1.01	Principal	5.000,00
1.3.2.1.00.1.1.02	Remuneração de Dep. Banc. Rec. Vinculados	5.000,00
	Remuneração de Dep. Banc. Rec. Não Vinculados	
	<b>Total</b>	<b>10.000,00</b>
<b>1.6.0.0.00.00</b>	<b>RECEITA DE SERVIÇOS</b>	
1.6.3.0.01.1.0	Serviços de Atendimento à Saúde	
1.6.3.0.01.1.1	Serviços de Atendimento à Saúde	9.158.432,56
	<b>Total</b>	<b>9.158.432,56</b>
<b>1.7.0.0.00.00</b>	<b>TRANSFERÊNCIAS CORRENTES</b>	
1.7.3.0.00.0.0	Transferências dos Municípios e suas Entidades	
1.7.3.8.02.1.1	Transferências de Municípios a Consórcios Públicos	101.507,52
1.7.3.8.02.1.1.01	Anita Garibaldi	78.433,92
1.7.3.8.02.1.1.02	Bocaina do Sul	124.645,44
1.7.3.8.02.1.1.03	Bom Jardim da Serra	101.507,52
1.7.3.8.02.1.1.04	Bom Retiro	57.514,92
1.7.3.8.02.1.1.05	Campo Belo do Sul	57.514,92
1.7.3.8.02.1.1.06	Capão Alto	78.433,92
1.7.3.8.02.1.1.07	Celso Ramos	142.373,64
1.7.3.8.02.1.1.08	Cerro Negro	57.514,92
1.7.3.8.02.1.1.09	Correia Pinto	217.068,48
1.7.3.8.02.1.1.10	Frei Rogério	96.129,96
1.7.3.8.02.1.1.11	Lages	160.476,60
1.7.3.8.02.1.1.12	Monte Carlo	62.892,48
1.7.3.8.02.1.1.13	Otacílio Costa	62.892,48
1.7.3.8.02.1.1.14	Painel	78.433,92
1.7.3.8.02.1.1.15	Palmeira	73.056,24
1.7.3.8.02.1.1.16	Ponte Alta	62.892,48
1.7.3.8.02.1.1.17	Ponte Alta do Norte	120.253,80
1.7.3.8.02.1.1.18	Rio Rufino	78.433,92
1.7.3.8.02.1.1.19	Santa Cecília	165.859,92
1.7.3.8.02.1.1.20	São Cristóvão do Sul	101.507,52
1.7.3.8.02.1.1.21	São Joaquim	124.645,44
1.7.3.8.02.1.1.22	São José do Cerrito	62.892,48
1.7.3.8.02.1.1.23	Urubici	57.514,92
1.7.3.8.02.1.1.24	Urupema	57.514,92
1.7.3.8.02.1.1.25	Vargem	155.104,80
1.7.3.8.02.1.1.26	Abdon Batista	78.433,92
1.7.3.8.02.1.1.27	Campos Novos	
1.7.3.8.02.1.1.28	Zortea	
	<b>Total</b>	<b>2.693.884,92</b>
<b>1.9.0.0.00.00</b>	<b>OUTRAS RECEITAS CORRENTES</b>	
1.9.9.0.00.00	Outras Receitas Correntes	
1.9.9.0.99.00	Outras Receitas	1.000,00
	<b>Total</b>	<b>1.000,00</b>

	<b>Total Geral</b>	<b>11.863.317,48</b>
--	--------------------	----------------------

**Art. 4º** - A Despesa será executada obedecendo à classificação orçamentária vigente, classificada até o nível de modalidade conforme definido na Portaria Interministerial STN 163/2001 e alterações, cujos totais fixados são:

#### Despesa por Órgão

	<b>Discriminação por Órgão</b>	<b>Valor (R\$)</b>
01.01	Consórcio Intermunicipal de Saúde	<b>11.863.317,48</b>
<b>Total Geral</b>		<b>11.863.317,48</b>

#### Despesa por Função

	<b>Discriminação por Função</b>	<b>Valor (R\$)</b>
10	Saúde	<b>11.863.317,48</b>
<b>Total Geral</b>		<b>11.863.317,48</b>

#### Despesa por Categoria Econômica

<b>FUNÇÃO</b>	<b>DESPESA</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>10 - Saúde</b>	<b>MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CIS/AMURES</b>	
	3.1.90.00 - Pessoal e Encargos Sociais	1.575.525,76
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	1.050.918,15
	4.4.90.00 - Investimentos	67.441,01
<b>10 - Saúde</b>	<b>PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS - CIS/AMURES</b>	
	3.3.90.00 - Outras Despesas Correntes	9.169.432,56
<b>Total Geral</b>		<b>11.863.317,48</b>

**Art. 5º.** O Orçamento da despesa da administração direta pode ser expandido até o limite da arrecadação.

**Art. 6º.** Fica o Presidente do CIS/AMURES autorizado a remanejar dotações orçamentárias de uma categoria para outra, dentro de cada Unidade Orçamentária, Projeto, Atividade, ou Operações Especiais, através de Resolução.



**Art. 7º.** O Presidente do CIS/AMURES está autorizado, nos termos do artigo 7º da Lei Federal 4.320/64, a abrir créditos adicionais suplementares, bem como a abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução, até o limite de 100% (cem por cento) da Receita Estimada para o orçamento, utilizando como fontes de recursos:

I- O excesso ou provável excesso de arrecadação, observada a tendência do exercício;

II- A anulação de saldo de dotações orçamentárias desde que não comprometidas;

III- O superávit financeiro do exercício anterior;

**Art. 8º.** Fica autorizado o Presidente a celebrar Convênios/Acordos com os governos Federal, estaduais e municipais para o exercício de 2023.

**Art. 9º.** Os recursos oriundos de convênios não previstos no orçamento da Receita, ou seu excesso, poderão ser utilizados como fontes de recursos para abertura de créditos adicionais suplementares de projetos, atividades ou operações especiais, através de Resolução.

**Art. 10º.** As despesas por conta das dotações vinculadas a convênios e outras receitas extraordinárias só serão executadas ou utilizadas se estiver assegurado o seu ingresso no fluxo de caixa.

**Art. 11º.** Esta Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2023.

Lages/SC, 12 de setembro de 2022.

**ERLON TANCREDO COSTA**  
Prefeito de Rio Rufino/SC

Presidente do CIS/AMURES

**CISAMAVI****DECIMO SEXTO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2022 - PE 02/2021**

Publicação Nº 4187144

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 010/2022  
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 02/2021  
TERMO ADITIVO Nº 16

O Consórcio Intermunicipal de Saúde e Multifinalitário do Alto Vale do Itajaí – CISAMAVI, com sede na Rua XV de novembro, 737, bairro Laranjeiras em Rio do Sul /SC, inscrito no CNPJ sob nº 09.069.217/0001-22 neste ato representado pelo seu Presidente Sr. Bento Francisco Silvy, doravante denominado CONTRATANTE, nos termos das Leis 8.666/93, 10.520/2002, das Resoluções CIS-AMAVI nº 021/2009, 040/2014, 040/2015, 060/2016 e a EMPRESA CENTERMEDI COM. DE PROD. HOSPITALARES LTDA, sito Acesso Florenal Ribeiro, 1551 - D , bairro Quedas do Palmital , no município de Chapecó - SC , inscrito no CNPJ sob nº 03.652.030/0003-32, representada por Vilson Szymanski, com fulcro no item 6.4.2 da Ata de Registro de Preços em epígrafe, acordam alterá-la para INCLUIR o registro do seguinte item:

Item	Especificações	Valor unitário
394	Lidocaina cloridrato 2%, geleia, bisnaga com 20 g, embalagem individual em cartucho ou com no maximo 50 bisnagas.	2,36

Ficam ratificadas em todos os termos e condições as demais cláusulas da ata de registro de preços ora aditada, ficando este termo fazendo parte integrante e complementar daquela, a fim de que produzam um só efeito.

Rio do Sul, 16 de setembro de 2022

Bento Francisco Silvy Presidente Conselho de Administração	Centermedi Com. de Prod. Hospitalares Ltda
Mariane Fernandes da Rosa Analista de Compras e Licitações	Paulo Roberto Tschumi Diretor CIS-AMAVI

**CVC****1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº21/2021**

Publicação Nº 4187317

TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 21/2021, PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO DE USINA DE ASFALTO, CONFORME CONVÊNIO Nº 26087/2020, POR INTERMÉDIO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, DE ACORDO COMO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL, FIRMADA ENTRE O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, COMO CONTRATANTE E LINTEC-IXON INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA COMO CONTRATADO, EM CONFORMIDADE COM O PROCESSO LICITATORIO Nº 10/2021 - CVC.

**PRIMEIRO TERMO ADITIVO**

Pelo Presente instrumento, celebram entre si, Aditivo ao contrato nº 21/2021, em decorrência do processo licitatório nº10/2021, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL – CVC, Consórcio Público, constituído na forma de Associação Pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica interfederativa, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, com sede na Rua Iguaçu, Nº 346 - Centro, no município de Coronel Freitas-SC neste ato representado por seu Diretor Executivo Sr. DIEGO BASSANI, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro a empresa LINTEC-IXON INDUSTRIA E COMERCIO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.417.388/0001-20, com sede na Rua Ijuí, 70, Vila Flores, Santa Rosa - RS, neste ato representado pelo Sr MARIO SOLIS CORADINI, denominada CONTRATADA.

Considerando a necessidade do Aditamento do item 03 do processo licitatório nº10/2021, conforme cláusula quarta do contrato, resolvem as partes aditá-lo, nos seguintes termos:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO REAJUSTE DE PREÇO DO ITEM LISTADO NA TABELA ABAIXO:**

Fica alterado o valor do item abaixo, conforme parecer contábil:

Item	Descrição	Valor (R\$)
03	USINA DE ASFALTO CAPACIDADE MÍNIMA DE 40 TON/HORA	R\$ 1.455.150,00

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA RATIFICAÇÃO**

O presente aditamento complementa o contrato nº 21/2021, firmado em 25/10/2021, ratificando todas as cláusulas que não foram modificadas.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA**

Este contrato entra em vigência na data de sua assinatura.

**CLÁUSULA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO**

Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente aditamento será publicado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no Diário Oficial dos Municípios, disponível em [www.diariomunicipal.sc.gov.br](http://www.diariomunicipal.sc.gov.br).

E por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 03 (três) vias de igual teor.

Coronel Freitas (SC), 15/09/2022

CONSORCIO INTERMUNICIPAL VELHO  
CORONEL – CVC  
Contratante

LINTEC-IXON INDUSTRIA E COMERCIO  
DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA  
Contratada

Nome: Flavia Rolim de Moura  
Testemunha

Nome: Gustavo Andre Foppa  
Testemunha

**CONDER****2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO - DIRETORIA - 23.09.2022**

Publicação Nº 4187827

**2º EDITAL DE CONVOCAÇÃO 2022 DA DIRETORIA DO CONSÓRCIO****INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER**

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**, Prefeito de Guarujá do Sul e Presidente do **CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL – CONDER**, no uso de suas atribuições estatutárias, **CONVOCA** os senhores Prefeitos municipais, consorciados, e **MEMBROS DA DIRETORIA DO CONDER** para **REUNIÃO**, a ser realizada no **dia 23 de setembro, às 15h30min**, junto ao Auditório do Sicoob, sito à Avenida Cerro Largo, nº 735, 2º andar, centro, município de Tunápolis, SC, para deliberar sobre os seguintes assuntos:

- 1) Ciência e deliberação sobre a Defesa apresentada por servidor submetido a avaliação de desempenho.
- 2) Ciência e deliberação sobre o parecer emitido pela comissão de avaliação sobre a Defesa apresentada por servidor.
- 3) Assuntos gerais, encaminhamentos e encerramento;

São Miguel do Oeste/SC, 16 de setembro de 2022

CLAUDIO JUNIOR

WESCHENFELDER:061266  
67948

Assinado de forma digital por

CLAUDIO JUNIOR

WESCHENFELDER:06126667948

Dados: 2022.09.16 14:59:16 -03'00'

**CLAUDIO JUNIOR WESCHENFELDER**  
Prefeito de Guarujá do Sul /Presidente do CONDER

[www.condersc.gov.br](http://www.condersc.gov.br) • [conder@condersc.gov.br](mailto:conder@condersc.gov.br) • 49 3621 0795 • CNPJ 23.773.012/0001-54

Rua Segundo Anibal Balbinot, nº 189, Bairro Agostini, São Miguel do Oeste/SC